

Afirmativa



ANO 6 - Nº 32 - AFROBRAS, SEM EDUCAÇÃO NÃO HÁ LIBERDADE

plural

Estrela Negra

PRESENÇA É ATENDER VOCÊ DE FORMA PESSOAL E PRÓXIMA. **PRESENÇA É BRADESCO.**

Nas mais de **6 mil** agências e postos de atendimento Bradesco, você encontra qualidade de relacionamento e equipes preparadas para oferecer atendimento segmentado e soluções adequadas às suas necessidades. Mas presença também pode ser eletrônica. O Bradesco recebe anualmente mais de **350 milhões** de ligações no Fone Fácil, em que o cliente realiza diversas transações bancárias por telefone. Oferece ainda **891** tipos de serviços pela internet e foi pioneiro em operações por celular. E, para que o cliente também tenha presença dentro do Bradesco, foram criados o Alô Bradesco, um serviço de apoio e informações, e a Área de Ouvidoria, que representa os seus interesses junto ao banco. Presença é Bradesco.

bradesco.com.br





Bradesco

Entrevista Especial

Nelson Narciso8

Capa

A nova face da TV brasileira12

Consciência Negra

Os desiguais em pauta.....22

O primeiro passo na construção da igualdade racial.....26

Igualdade entre as raças.....28

Racismo como enfrentá-lo.....32

Valeu Zumbi.....36

Nabuco errou.....40

Paradigma da democracia.....42

Reflexão e ação.....44

Igualdade, objetivo comum.....46

Um Brasil cada vez mais negro.....48

Ainda a ação afirmativa.....50

Troféu Raça Negra 2009.....52

Educação

Universidade do Magistério.....58

Cotas: uma nova consciência acadêmica.....60

Esporte

Olimpiada e desenvolvimento62

Responsabilidade Social

A força do bem.....64

Economia

O Brasil que o mundo vê.....66

O Pré-sal e a previdência.....70

Indústria de defesa e o Pré-sal72

Mercado de Trabalho

Novo petróleo gera empregos.....74

Empreendedorismo

Apostar na diversidade é garantia de sucesso.....76

Comportamento

Barbie, aos 50 e negra.....78

Livros

Escravidão nunca mais!.....79

Perfil

Sidney Santiago: arte e consciência.....80

Opinião

Um bom conselho.....82

Turismo

Palmares: rota de turismo.....84

Veículo

Stilo em novas versões.....88

Reflexões

Lauro Monteiro: brasilidade em sons, cores e sabores.....90

Afirmativo

Viver a vida comemorando a diversidade.....92

Preto e Branco

Barack Obama.....94

ndice

Afirmativa Plural é uma publicação da Afrobras - Sociedade Afro Brasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural, Centro de Documentação, através da: Editora Unipalmares Ltda., CNPJ nº 08.634.988/0001-52. Com periodicidade bimestral. Ano 6, Número 32, Outubro/Novembro 2009 - Av. Santos Dumont, 843 - Bairro Ponte Pequena - São Paulo/SP - Brasil - CEP 01101-080 - Tel. (55 - 11) 3229 4590. www.afrobras.org.br

CONSELHO EDITORIAL: José Vicente, Francisca Rodrigues, Ruth Lopes, Raquel Lopes, Cristina Jorge, Nanci Valadares de Carvalho, Humberto Adami e Sônia Guimarães.

DIREÇÃO EDITORIAL E EXECUTIVA: Jornalista Francisca Rodrigues (Mtb.14485 - francisca@afrobras.org.br)

EDITORA: Carla Nascimento (Mtb. 064703/064/AM - carla@afrobras.org.br)

REDAÇÃO: Eliane Almeida (Mtb. 39832 - eliane@afrobras.org.br)

FOTOGRAFIA: J. C. Santos, George Magaraia e Divulgação.

COLABORADORES: Rosenildo Gomes Ferreira (rosenildoferreira@revistadinheiro.com.br).

SECRETÁRIA DA REDAÇÃO E ASSINATURA: Taíse Oliveira (taise@afrobras.org.br)

PUBLICIDADE: Maximagem Mídia Assessoria em Comunicação Tel.(11) 3392 4590.

CAPA: Búzios RJ 07/08/2009 - TV Exclusiva - Atriz Taís Araújo - Foto de Berg Silva / Agência O Globo.

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Alvo Propaganda e Marketing (revistas@alvopm.com.br).

IMPRESSÃO E ACABAMENTO: Laborgraf.

Consciência negra!

Estamos novamente no mês de novembro, com toda a movimentação que este mês traz para a comunidade negra brasileira: Dia da Consciência Negra, morte de Zumbi dos Palmares, Herói Nacional por lei, reflexão sobre lutas, perdas e conquistas, avaliação sobre o que ainda falta para que nós, negros, façamos realmente parte da sociedade brasileira. No dia 20 de Novembro de 2009, comemoramos o 31º Dia Nacional da Consciência Negra e, mais uma vez, retomamos a pergunta: temos algo para comemorar?

Temos muito, mas ainda é pouco e continua forte o desejo de que as exceções que acontecem em nossa sociedade passem a ser “regras”, como é o caso das novelas da TV Globo, o maior canal de televisão brasileiro e que traz atualmente três atrizes negras como protagonistas em suas novelas: Tais Araújo, Camila Pitanga e Élide Muniz.

em uma sociedade desigual.

Mas não podemos deixar de comemorar estes fatos como conquistas e apontamos outra: a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial em setembro último após dez anos de tramitação. Aprovado com muitas ressalvas, mas não deixa de ser uma sinalização por lei para reduzir as desigualdades entre os brasileiros.

Para consolidar o sucesso do negro, não só o brasileiro, temos a sétima edição do Troféu Raça Negra, realizado pela ONG Afrobras e pela Faculdade Zumbi dos Palmares, com o objetivo de homenagear e exaltar o trabalho do negro e de agradecer aos não negros que trabalham pela igualdade racial através da inclusão do negro em papéis de relevância em nossa sociedade.

A sétima edição do Troféu Raça Negra premiará também profissionais de sucesso em diversas áreas da eco-

“A nossa expectativa de ver atores negros representando pessoas comuns, com as dores e os prazeres de qualquer ser humano é tão grande que no momento em que constatamos a existência de atrizes negras em papéis-chaves de três novelas da rede campeã de audiência do Brasil, esquecemos que o conjunto da programação da TV brasileira continua insistindo na ideologia do branqueamento. Os atores negros ainda não estão livres de serem escalados para representar e reforçar os estereótipos da subalternidade, do atraso e das misérias sociais do País”, observa o cineasta Joel Zito em seu artigo na seção “Afirmativo”, desta edição.

O fato é inédito, mas acompanha um processo que nos últimos anos, parece ter se acelerado.

Na verdade nosso desejo é que este fato passe a ser normal, corriqueiro e não que gere uma verdadeira polêmica como a que está acontecendo em cima do protagonismo de atrizes negras nas novelas, o que significa que ainda estamos vivendo

nomia, mostrando que nós podemos, basta termos oportunidade para estudar e trabalhar e deixarem mostrarmos nossos talentos, que alcançaremos os melhores postos de trabalho como qualquer outro profissional de etnia diferente da nossa.

E como não poderia deixar de ser, essa premiação é sempre em grande estilo, com negros de todas as cores em trajes blacktie, aplaudindo uns aos outros em uma das maiores e melhores salas de espetáculos da América Latina, a Sala São Paulo, na capital paulista.

Nesta edição trazemos um pouco da história do Troféu, mas prepare-se, pois a próxima Afirmativa Plural será especial e trará tudo que aconteceu no maior evento da comunidade negra brasileira, considerado aliás, o nosso “Oscar”.

Aguardem e boa leitura.

Francisca Rodrigues
Editora Executiva

ditorial

Am

Juntos

juntos

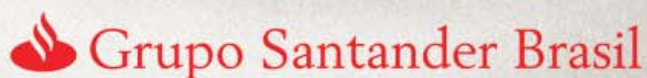
Juntos é mais do que uma palavra: é um jeito novo de fazer negócio.

Novo porque considera e aplica as ideias que vêm de nossas equipes, de nossos fornecedores, de nossos clientes e da sociedade, formando uma verdadeira rede de colaboração.

Juntos tem o poder de concentrar esforços na direção certa.

O Juntos promove uma relação mais transparente. Juntos é a maneira de incluir você nas decisões de seu interesse. O Banco Real, o Santander e todos os nossos clientes agora estão juntos.

Juntos para construir aquele banco que você sempre idealizou.



Valorizando ideias por uma vida melhor.

cuidando do ouro negro

Por Eliane Almeida, da redação

Nelson Narciso Filho, diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), é o Zumbi com as mãos na riqueza líquida. Engenheiro, 30 anos de experiência no desenvolvimento de atividades operacionais, fabricação e instalação no setor de exploração e produção de petróleo, atuou na indústria petrolífera de Angola. Aluno aplicado, sempre acreditou que o caminho da mudança vem por meio da educação. Nesse sen-

tido, nas palestras que faz pelo País afora, ele busca incentivar meninos e meninas ao estudo e os encoraja a buscar uma vida melhor.

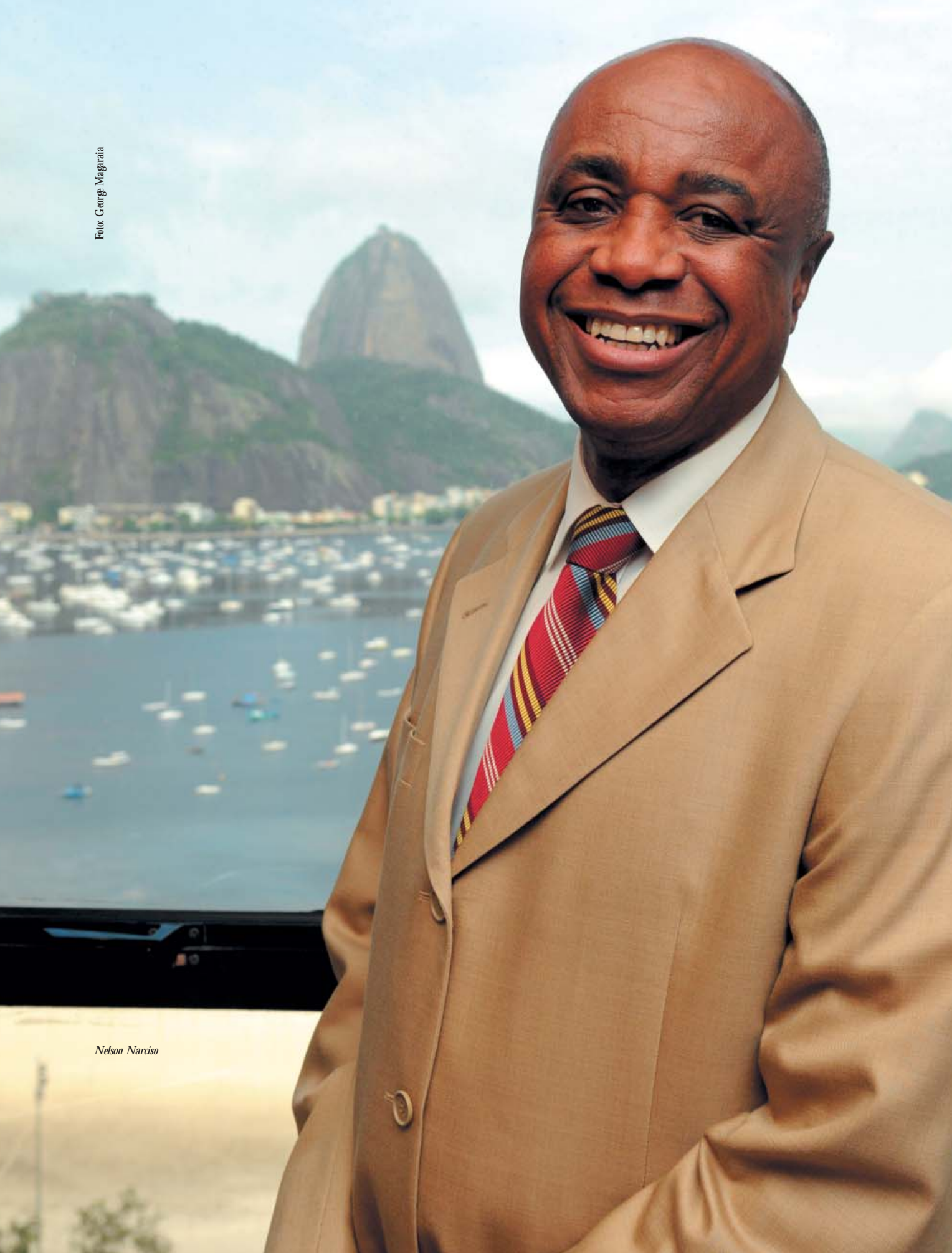
Durante o almoço de lançamento do Troféu Raça Negra 2009, no dia 13 de outubro, no Rio de Janeiro, ele concedeu a seguinte entrevista para a revista **Afirmativa Plural**.

Afirmativa: *Atualmente muitos negros estão assumindo postos de comando. Como exemplo poderemos citar o se-*

nhor na diretoria da Agência Nacional do Petróleo. Como foi seu caminho até a conquista do cargo?

Nelson Narciso: Eu diria que está tudo muito associado ao processo de educação. Quando eu olho todo o início de carreira, início de vida, de onde vim, das dificuldades, sendo negro e pobre, eu diria que está mesmo tudo muito ligado à educação. Sempre acreditei muito no processo de educação, além disso, tive a sorte de ter em minha vida pessoas que

Foto: Geng Magraia



Nelson Narciso

acreditaram em mim e que de alguma forma me ajudaram a encontrar o caminho que eu devia trilhar.

Afirmativa: *O senhor acredita então que o segredo é saber aproveitar as oportunidades?*

Nelson Narciso: Ter a oportunidade é importante, mas saber aproveitá-la é fundamental. Não basta só saber, há de se ter a oportunidade de mostrar o que se sabe. É nesse contexto que acredito que as oportunidades oferecidas pelas cotas tem um grande valor. Acredito que são as cotas que darão a jovens, como eu fui, oportunidades reais de transformação.

Afirmativa: *Ao longo de sua carreira, o senhor esbarrou em alguma situação de preconceito? Qual foi o posicionamento diante do problema?*

Nelson Narciso: O preconceito é uma coisa que está sempre escondida. Às vezes falar de preconceito é um tanto difícil. Como as coisas são implícitas, você tem que contar uma história para tentar pinçar o argumento discriminatório. Agora, o que eu sempre procurei fazer foi me posicionar de maneira muito clara, de maneira que não deixasse espaço nenhum nessa situação. Todas as dificuldades que se apresentaram nessa questão foram transpostas e, como diria meu pai, “com o chapéu na cabeça”. Ou seja, minha postura sempre fez com que as coisas se apresentassem de uma maneira tranquila.

Afirmativa: *Nós estamos vivendo um mundo novo. Este século tem apresentado grandes mudanças. Um exemplo disso foi a eleição de Barack Obama para a Presidência dos EUA. O que o senhor espera que aconteça nesse novo século?*

Nelson Narciso: Eu espero que o processo que começou com os nossos antepassados quilombolas consiga nos alcançar. As circunstâncias colocadas para nossos antepassados, que foram escravos, eram bastante ruins. Hoje vemos nossos filhos com uma formação internacional. Vemos uma sociedade mais aberta, não necessariamente porque assim quer ser, mas porque estamos nos colocando e entrando pela porta que está entreaberta. O que eu espero de fato é que nós tenhamos espaço para fazer valer a igualdade.

// O que eu espero de fato é que nós tenhamos espaço para fazer valer a igualdade. //

Afirmativa: *A questão da identidade é sempre recorrente quando se fala de questão racial e negros no Brasil. O que, na sua opinião, é ter identidade?*

Nelson Narciso: É ter a consciência perfeita da sua capacidade. Perceber que as oportunidades estão lá e que elas vão fazer você crescer. Saber que dificuldades existem e que temos de assumir os desafios que se apresentam. E acredito em outra coisa: temos que ter orgulho, vibrar e partilhar a conquista. To-

dos precisam acreditar que é possível se chegar aonde se quer.

Afirmativa: *E como o senhor se sente ocupando o cargo em que está hoje?*

Nelson Narciso: Eu não acho que cheguei lá, ainda. Estou caminhando. A ANP é uma instituição muito grande e minha vontade é muito grande também. É bom olhar pra trás e poder perceber o quanto as coisas estão evoluindo. O que eu sinto é que, como negro, tenho superado barreiras. Sinto o dever ético e étnico de passar aos jovens negros o valor do trabalho, da perseverança, da educação, da luta e da tomada de decisão em mudar de postura diante do mundo.

Afirmativa: *O senhor diz que ainda não chegou lá. Quais são as suas expectativas dentro da ANP e quais suas ambições na vida profissional?*

Nelson Narciso: Isso é uma questão de cargo somente. Quando fui convidado para ser diretor da ANP eu estava morando em Angola, era diretor presidente de uma empresa lá. Eu aceitei vir porque, juntamente com minha esposa, acreditamos que depois de 30 anos como engenheiro, era uma bela oportunidade de entender como funciona o outro lado da cerca, que é o lado regulador. Isso trouxe para mim, certamente, uma exposição muito grande e, principalmente, uma visão dessa indústria em que eu já vivo há 30 anos. Meu mandato vai até junho do próximo ano, depois disso vou buscar novos caminhos. Acredito ter ainda uns 20 anos de vida profissional ativa e eu quero continuar contribuindo. ■

"Elaborar o cardápio de 8 mil crianças de 90 escolas e creches, considerando o valor nutricional indicado para cada idade, é o que chamo de um gigantesco desafio. Mas, nas ocasiões em que eu conto com o Programa Nutrir, tudo fica mais fácil. Ele funciona como uma ferramenta que me ajuda a estar próxima das merendeiras e a trabalharmos motivadas e unidas. No meu trajeto de Programa Nutrir, aprendi muito. Especialmente que é fundamental colocar o coração no que fazemos."

Kizze Fajardo,
Fortaleza, CE
Nutricionista

O Programa Nutrir da Nestlé completa 10 anos de trabalho voltado para o combate à desnutrição e à obesidade em comunidades de baixa renda do país. Conheça mais sobre essa iniciativa que já capacitou 11 mil educadores e beneficiou 1,2 milhão de crianças. www.nestle.com.br/nutrir

 **Nestlé**
Good Food, Good Life



Taís Araújo



a nova TV face da brasileira

Por Carla Nascimento, da redação



Camila Pitanga

Para interpretar o protagonista de “A Cabana do Pai Tomás”, Sérgio Cardoso teve que pintar o rosto e o corpo de preto, usar perucas e inserir rolhas no nariz. A escalação do ator para o papel de um negro (Pai Tomás) na adaptação que a TV Globo fez do romance de Harriet Beecher Stowe (1852) gerou protestos de intelectuais e artistas que não aprovavam um ator branco para o papel. Os protestos não surtiram o efeito esperado na época, mas já sinalizavam que o cenário deveria começar a mudar para o ator negro na TV brasileira.

A mudança demorou e veio a conta-gotas. Hoje, 40 anos depois, a Globo, que ao longo dessas décadas se consolidou como a maior emissora do País, está com três atrizes negras como protagonistas de suas novelas. Taís Araújo vive a Helena na trama de Manoel Carlos, “Viver a Vida”; Camila Pitanga interpreta a faxineira Rose em “Cama de Gato”; e Élide Muniz tem papel de destaque na novela teen “Malhação”. O fato é inédito, mas acompanha um processo que nos últimos anos, parece ter se acelerado.

Em 2004, Taís viveu a primeira protagonista negra de uma novela da Globo, fazendo o papel de Preta em “Da Cor do Pecado”, de João Emanuel Carneiro. Dez anos antes ela já havia sido protagonista em “Xica da Silva”, da extinta Manchete. Em 2006, duas produções da Globo tiveram grande destaque: a minissérie “Antônia”, produzida pela O2 a partir do filme homônimo de Tata Amaral, cujas protagonistas eram quatro atrizes-cantoras negras; e a telenovela “Cobras & Lagartos”, na qual o ator Lázaro Ramos representou o impagável Foguinho e que também tinha Taís Araújo

no elenco. Em 2008, mais de 40 personagens interpretados por atores negros estiveram no ar ao longo do ano em programas da Globo, da Record e da Bandeirantes.

Sinal de que o País está menos racista ou de que os atores negros finalmente conseguiram se livrar dos papéis estereotipados aos quais estavam confinados? Ainda não podemos afirmar. Mas o certo é que esses números são extremamente importantes e merecem ser analisados.

No livro "A Negação do Brasil" (Editora Senac), o cineasta e pesquisador Joel Zito Araújo diz que em nosso País "a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial foram desejos e metas sociais construídos historicamente para apagar a herança africana, a 'mancha negra da escravidão', sendo responsáveis pela dificuldade de grande parcela dos afro-brasileiros em cultivar a sua auto-estima".

Considerando o que nos aponta o pesquisador e o fato de sabermos ser a televisão a vitrine dessa ideologia, fica explícita a relevância de termos a presença de tantos atores negros na TV ao mesmo tempo, afinal, 95% dos lares brasileiros possuem pelo menos um aparelho de TV e a maioria deles está sintonizada em alguma novela. No dia 20 de Novembro de 2009, comemoramos o 31º Dia Nacional da Consciência Negra e, mais uma vez, retomamos a pergunta: temos algo para comemorar? Certamente que sim.

O cenário ainda não é o ideal, afinal, enquanto o fato de termos protagonistas negros for considerado histórico ou fazer parte do nosso rol de exceções, significa que ainda estamos



Foto: Divulgação

Zezé Motta



Patrícia de Jesus

vivendo em uma sociedade desigual. Mas aos poucos as coisas começam a mudar concretamente. A representação de heroínas negras em uma vitrine tão grande e influente como a das novelas da Globo parece sugerir uma outra coisa: a constatação de que a televisão, hoje, como fala para uma gente cada vez mais diversa, em todos os sentidos, tem de se abrir para essa diversidade. Mais: a diversidade está sendo cobrada por esse público que quer se ver na TV.

Revezamento

Se, de uma forma geral, ainda temos dúvidas com relação à representação do negro de forma positiva na TV, o número de novos rostos em cena mostra que há uma abertura do mercado e sinaliza que não voltaremos mais à época em que os poucos atores negros se revezavam em papéis secundários, nos quais não tinham história, família, nome e nem voz.

Em 1984 a atriz Zezé Motta fundou o CIDAN (Centro de Documentação do Artista Negro), que tinha como objetivo a formação de atores. Dez anos depois de sua criação o centro passou a ter como objetivo a inserção desses profissionais no mercado de trabalho. Para ela, que atualmente é superintendente de Igualdade Racial da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, o cenário melhorou e a discussão sobre o racismo deixou de ser tabu. “O brasileiro que tem preconceito é obrigado a refletir. Temos algumas conquistas”, avalia. Contudo, ela avalia que ainda falta muito para que o ator negro ocupe o espaço que merece. Ao responder o que ainda falta a atriz aponta que é necessário haver uma mudança de mentalidade em





Ildi Silva

toda a cadeia de produção da TV.

Na opinião de Ruth de Souza, primeira atriz negra do teatro e da TV brasileira, “o negro está na moda”. Ela relembra que há apenas três anos fez uma participação especial no remake da novela “Sinhá Moça”, na qual seu personagem inicial não tinha sequer nome. Ao longo da trama, depois de sua reclamação, foi chamada de “mãe Maria”. “Em 2006 ainda somos pai João e mãe Maria”, critica. Vale lembrar que a atriz foi indicada ao prêmio de melhor atriz no Festival de Veneza de 1953 por sua atuação no filme homônimo e no qual concorreu com as atrizes Katharine Hepburn e Lilli Palmer.

Ao apontar o que ainda falta para chegarmos a uma TV ideal quando se trata de representação do negro, a atriz, que coleciona atuações memoráveis no teatro, cinema e TV, não poupa críticas. “O que falta é educação e estudo e não ficar pensando em ser celebridade e ganhar dinheiro. A profissão é sagrada e é muito séria.”

Contudo, Ruth também acredita que é fundamental termos “bons autores que escrevam histórias humanas”, diz citando Janete Clair e Dias Gomes como exemplos. “O sonho de todo ator é ter oportunidade de fazer um bom trabalho”.

Para Milton Gonçalves, o grande sonho dos atores é ver desaparecer a rubrica. “ator negro” nas sinopses. “Para isso é preciso haver demanda, não só no que se refere aos atores, mas em todas as áreas”, diz o ator.

“Papel de negro”

Segundo o autor Manoel Carlos, na escolha de Taís para o papel pesou mais o fato de ela ser jovem. “Para mim, na verdade, não impor-

tava a cor da pele da atriz. Eu precisava de alguém que fosse talentosa, jovem, por volta dos 30 anos, e com uma beleza internacional. Escolhi a Taís porque admiro muito seu trabalho e sempre quis escrever um papel para ela”, disse.

Se a presença de um maior número de atores negros nas telinhas é ou não um sinal da mudança que queremos, ainda não sabemos. O fato é que a Globo não está sozinha nisso. Nas duas novelas da Record atualmente no ar, “Bela, a Feia” e “Poder Paralelo”, há pelo menos sete atores negros no elenco, entre eles Sérgio Menezes, que faz o papel de Diogo Marques, um homem sofisticado e que é diretor de arte de uma agência, e Ildi Silva, que vive o personagem Dinorá Melo, uma secretária fofqueira. Ambos compõem o elenco da novela “Bela, a Feia”. Na temporada anterior, a atriz e modelo Patrícia de Jesus se destacou em outra produção da emissora, a novela “Os Mutantes”.

Com esse número de produções, temos hoje uma geração de novos talentos despontando na TV. Mesmo assim, alguns acreditam que as mudanças só serão concretas e definitivas no dia em que tivermos autores, diretores, cenógrafos e toda a cadeia de produção composta por um número expressivo de profissionais que compreendam a importância de mostrar a verdadeira face do povo brasileiro. Sim, esse é um aspecto que a euforia causada por nossas heroínas negras não pode nos impedir de enxergar e refletir se quisermos que a Helena, de Taís, e a Rose, de Camila, não sejam mais duas exceções em nossa história. ■

Foto: Michel Angelo/Record

Sérgio Menezes



a nova Helena

Da redação

de Manoel Carlos

Aos 76 anos, Manoel Carlos, ou Maneco, como é carinhosamente chamado pelos amigos, é remanescente de uma geração de autores que participou da construção da televisão brasileira. Nos anos 50, escreveu mais de 100 peças para o Grande Teatro Tupi e, nas duas décadas seguintes, criou e dirigiu programas que marcaram época, como O Fino da Bossa, Jovem Guarda, Essa Noite Se Improvisa e Família Trapo, todos da Rede Record. Foi o primeiro diretor do Fantástico, da Rede Globo. Já escreveu para as TVs mexicana, argentina, colombiana e americana. Com essa trajetória, seu domínio sobre todas as etapas da produção da TV é inquestionável. Em 2009 ele conseguiu aumentar sua coleção de feitos na TV ao escalar, pela primeira vez, uma atriz negra para viver o papel de protagonista no horário nobre da TV Globo. Taís Araújo foi escolhida para ser a sua Helena de “Viver a Vida”. Segundo o autor, a cor da pele da atriz não pesou em sua decisão. Leia a seguir a entrevista que ele concedeu à revista *Afirmativa Plural*.

Afirmativa: *O senhor é da geração de autores que participou da construção da televisão brasileira. O que eleger como uma mudança fundamental na concepção de se fazer TV e, especificamente, novelas?*

Manoel Carlos: Sem dúvida, os recursos técnicos que temos hoje, e não tínhamos antes, mudaram significativamente a forma de se fazer televisão. Também acho que as novelas ficaram mais críticas. As pessoas estão mais preocupadas em fazer observações pertinentes à realidade social do País. Com isso, a novela ficou mais responsável. Mas, mesmo com todas essas mudanças, o que continua garantindo a audiência, na minha opinião, é uma boa história.

Afirmativa: *Taís Araújo é a sua primeira Helena negra. Por que só agora uma atriz negra como uma de suas Helenas?*

Manoel Carlos: Não escolhi a Taís Araújo para viver a minha Helena mais jovem porque ela é negra. Para mim, na verdade, não importava a cor da pele da atriz. Eu precisava de alguém que fosse talentosa, jovem, por volta dos 30 anos, e com

uma beleza internacional, a ponto de poder trabalhar em todo mundo, como é o caso das *top models*. Ela poderia ser branca, negra ou nissei. Escolhi a Taís porque admiro muito seu trabalho e sempre quis escrever um papel para ela. Quando resolvi fazer uma Helena mais jovem e de sucesso em uma profissão, imediatamente me ocorreu que ela poderia ser modelo.

Afirmativa: *Como está sendo o retorno do público sobre a personagem?*

Manoel Carlos: Apesar de não ter sido uma escolha fundamentada na cor da pele, fico muito satisfeito com o retorno que tem acontecido e com a discussão que foi levantada. A Taís está impecável na defesa dessa personagem.

Afirmativa: *O senhor já disse várias vezes que tem uma preocupação com a verossimilhança ao criar suas histórias. No Brasil, a maioria da população negra ainda vive a experiência do racismo. Esse tema será abordado de uma forma mais contundente?*

Manoel Carlos: Na sinopse de *Viver a Vida* não estava indicado que

// A verdade é que o preconceito existe mesmo. Não é à toa que chamou a atenção da mídia o fato de a TV Globo estar com três novelas no ar cujas protagonistas são negras. //

Foto: TV GLOBO/João Miguel Junior



Manoel Carlos

Helena era negra, mas a partir do momento que ficou definido que o papel era de Taís, fiz questão de mostrar o universo da personagem, de contar também a história de sua família. E com isso temos um núcleo grande, e importante na trama, de personagens negros.

Afirmativa: *O número de negros na população e a participação na construção da identidade do País é marcante e fundamental. Contudo, o número de espaços, de visibilidade ocupados pelos negros está muito aquém do que deveria. Qual sua análise sobre isso?*

Manoel Carlos: Concordo quando diz que o espaço ocupado pelos negros na TV – e em outras áreas – está muito aquém do que eles representam em um país como o Brasil. A verdade é que o preconceito existe mesmo. Não é à toa que chamou a atenção da mídia o fato de a TV Globo estar com três novelas no ar cujas

protagonistas são negras. O que deveria ser natural em um País onde boa parte da população é formada por negros acabou virando notícia. É importante ressaltar que temos excelentes atores negros que podem, e devem, ocupar papéis de destaque em nossas produções culturais, seja na TV, no cinema ou no teatro. ■

OS desiguais em pauta

Por Eliane Almeida, da redação

Há quem diga que os números guardam segredos cabalísticos. E não deve ser por acaso que o número nove foi marcante para a votação do Estatuto da Igualdade Racial. Como em quase todas as crenças, ele está associado ao término de um ciclo e início de outro superior. O algarismo vem marcar o bom presságio para o Estatuto.

No dia nove, do nono mês do ano (setembro), de 2009, depois de nove anos, foi dado o passo decisivo para a transformação do destino da população negra brasileira. Aprovado na Câmara dos Deputados, na Capital Federal, o documento promete transformar a vida da sociedade no Brasil, como o número nove bem determina. Em discussão desde 2000, o documento foi criado a partir de reivindicações do movimento negro brasileiro e traz em seu conteúdo todos os

desejos e propostas de igualdade de condições para os afrodescendentes. Na época, o então deputado federal Paulo Paim (PT/RS) encampou a batalha e partiu para a ação com as exigências como bandeira de luta. Em 2004, o Estatuto foi para a Câmara Federal onde não foi aprovado.

Atualmente, o mesmo Paulo Paim, só que agora senador, não desiste da luta. Chama a sociedade à consciência. Em videoconferência realizada na primeira quinzena de outubro nas sedes do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) em todo o Brasil, o senador fez o chamado. “A participação da sociedade civil organizada é importantíssima para a aprovação do Estatuto no senado”, disse o senador.

O Ministro Edson Santos, da Secretaria Especial de Políticas Públicas para Igualdade Racial (SEPPIR), fa-

lou, na mesma conferência, sobre o papel da SEPPIR. “Nosso papel é de articulação política e não de mobilização social. Portanto, a participação da sociedade é fundamental neste momento para sensibilizar Senado e opinião pública na aprovação definitiva do Estatuto da Igualdade Racial”.

De acordo com José Vicente, reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares e presidente da ONG Afrobras, a proposta original do Estatuto da Igualdade Racial trazia medidas práticas e determinava ações objetivas.

Com a nova redação o documento passa a privilegiar as medidas programáticas, o que é um aspecto negativo, na medida em que não há uma regulamentação ou determinação de como essas normas programáticas serão operacionalizadas.

Entretanto, a aprovação do Estatuto também tem um aspecto po-



sitivo, pois dá um suporte legal para a questão da desigualdade a partir da perspectiva racial. A partir de agora as organizações sociais terão um suporte legal para exigir políticas públicas sob o prisma racial e os governos terão uma segurança jurídica maior para amparar a adoção de ações voltadas para a população negra”, argumenta ele.

O Estatuto

Com quase dez anos de existência, a discussão sobre a igualdade dos desiguais vai chegando a um consenso. O Projeto de Lei 6264/2005, do Senado Federal e aprovado, com alterações consideráveis, pela Câmara de Deputados institui

um conjunto de mecanismos legais para organizar e articular ações voltadas à implementação das políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnico-raciais existentes no País, o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR).

O Estatuto prevê fontes de financiamento, dos orçamentos anuais da União, para a implementação de ações afirmativas para o enfrentamento das desigualdades raciais e étnicas nas áreas de educação, cultura, esporte, lazer e saúde, trabalho, meios de comunicação de massa, moradia, acesso à terra, segurança, acesso à justiça, financiamentos públicos, entre outras coisas.

Discussões Políticas

O Estatuto da Igualdade Racial passou por muitas alterações para que fosse aceito pela Câmara de Deputados Federais. Os embates mais rigorosos giravam em torno das discussões sobre o sistema de cotas nas universidades públicas e sobre a questão da titulação de terras para as comunidades remanescentes de quilombos.

O Movimento Negro criticou a nova formatação e alteração das propostas originais do documento, mas, de qualquer maneira, acredita-se que apesar dos pesares, a votação do Estatuto representa um avanço. De acordo com o ministro Edson San-

tos, o Estatuto ressalta a tese de que não há igualdade racial no Brasil. Segundo ele, no caso das cotas nas universidades, o tema ficou de fora porque está sendo analisado em projeto separado que tramita no Senado.

“O Estatuto é o reconhecimento do Estado brasileiro em relação às desigualdades raciais e é a criação de um instrumento que garante inclusão. É uma vitória daqueles que defendem a tese de que nem todos são iguais e que há obrigação do Estado brasileiro com aqueles que estão excluídos de oportunidades no nosso País”, afirma o ministro.

Autor da proposta que cria o estatuto, o senador Paulo Paim (PT-RS) diz que o ideal teria sido aprovar o projeto “do jeito que saiu do Senado”, com cotas para negro na mídia e definições sobre a população quilombola. “Temos que entender que na correlação de forças da Câmara, foi o possível. (...) Tem muitas questões importantes. Vamos dando passos, foi uma vitória parcial.”

Ele afirmou que a expectativa é que o texto seja aprovado com facilidade no Senado. “O estatuto saiu do Senado muito mais contundente e volta em linha de mais consenso. Por isso, não vejo muita dificuldade.”, diz o senador.

A questão latifundiária foi um dos grandes entraves para a aprovação do estatuto. Somente após um acordo com a bancada ruralista é que o documento pode ser encaminhado. O argumento utilizado para a supressão do artigo foi o de que já está previsto na Constituição o direito à terra aos quilombolas, por isso não seria necessária uma nova proposta.

O deputado federal Vicente Pau-

lo da Silva – Vicentinho (PT/SP) diz que o estatuto não é o desejado, mas que o importante foi o salto dado na discussão. “O estatuto delinea os caminhos que queremos seguir e a maneira como desejamos que sejam tratados em todas as circunstâncias. A questão do preconceito é tão forte que não deixa de contaminar o Congresso. Este é o debate que fazemos na comissão” desabafa o deputado.

Vicentinho alerta que após a aprovação no Senado temos que ficar vigilantes para que o estatuto seja colocado em prática. “Agora só depende de nós. Vamos buscar de fato a vitória. Já temos o compromisso do Estado com o combate ao racismo e estabelecimento de políticas públicas. Temos, agora, que exigir a implementação”, conclui.

A também deputada federal Janete Pietá (PT/SP) lamenta as alterações, mas destaca que houve avanço na discussão. “Temos que rever nossa história. Negros sempre foram vistos de forma negativa. É um processo em construção. A grande conquista foi transformar a política do movimento social em política de Estado. Só depende do empenho, persistência e tenacidade dos parlamentares negros. A lei em si não constitui em nada se não for implantada. A participação da população é fundamental”, diz Janete.

Principais pontos do Estatuto

O ministro Edson Santos aponta as principais mudanças feitas no documento original:

► Educação e inclusão social

De acordo com o ministro, a educação é o principal instrumento de

inclusão e mobilidade social. A melhoria da educação pública vai propiciar que jovens negros e pobres possam se qualificar para ingressar no mercado de trabalho. “Temos também o objetivo de oferecer oportunidades para aqueles que, hoje já almejam chegar à universidade, fazer um curso técnico no Brasil. Daí a instituição de políticas afirmativas nas universidades públicas e nas escolas técnicas federais. O Brasil só se transformará em uma grande nação na medida em que tenhamos um sistema de educação pública eficiente”, afirma.

► Regulamentação de políticas públicas

“O Estatuto cria diretrizes para o Estado atuar no âmbito da promoção da igualdade racial e consolida toda uma legislação voltada para esse fim. Então, ele trata da área de saúde, educação, trabalho, moradia, juventude, participação política e acesso à terra. São vários temas da nossa vida que o estatuto aponta diretrizes para atuarmos em prol da população negra brasileira”. Ele diz ainda que o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, decretado pelo presidente da República em julho desse ano, é um plano pactuado por vários órgãos do nosso governo e estabelece políticas públicas voltadas à população negra. “Tem a questão da saúde, que contempla principalmente as mulheres negras. O estatuto não é a solução para todos os problemas. Ele aponta um caminho para que superemos as desigualdades raciais no Brasil. Ele transforma essas políticas de promoção da igualdade racial em políticas de Estado. Na medida em que se transforma em lei, ele terá que ser observado por essa e por futuras

administrações no Brasil. Então, eu diria que é um ponto de partida para que possamos desenvolver políticas voltadas à promoção da igualdade racial. Seria muita pretensão da nossa parte dizer que, votado e sancionado o estatuto, todos os problemas das relações raciais no Brasil estariam resolvidos”, diz Edson Santos.

► Comunidades quilombolas

Um dos temas mais controverso foi a discussão em torno do direito à terra dos quilombolas. “O governo vai priorizar o atendimento às comunidades remanescentes de quilombo, principalmente no que se refere o acesso à regularização fundiária e à educação, com escolas. Há um planejamento de, até 2011, construir cerca de 110 escolas em comunidades quilombolas. “As comunidades de quilombo fazem jus a uma série de políticas públicas, que vai da regularização fundiária, do acesso à energia elétrica, ao saneamento básico, à moradia, à educação e à saúde. O governo federal tem o recurso, mas é fundamental que o estado ou o município entre com o projeto, até como forma de contrapartida desses entes na ação junto com o governo federal”.

► Comunidades religiosas

Sobre as religiões de matriz africana o ministro diz que estão sendo desenvolvidos censos para saber quantos são, como vivem e quais são as expectativas deste segmento da população para que se possa construir com políticas públicas específicas. Mas, em função da perseguição e agressão que historicamente as religiões de matrizes africanas - o Candomblé e a Umbanda - sofreram no Brasil, temos desenvolvido também todo um plano de apoio e proteção.

► Cotas

“A população negra, que será maioria no Brasil a partir do próximo censo, segundo indicadores do próprio IBGE, encontra-se na base da pirâmide social brasileira. Isso é uma distorção que é ruim para nosso País, que tem a segunda maior população negra no mundo que não tem representação diplomática, à frente de empresas e até de governos negros. Seria incorreto termos apenas políticas que combatam as desigualdades raciais, assim como seria incorreto enxergar-

mos que o problema do Brasil é apenas social. São as duas coisas. Temos que dar um recorte racial nessas políticas, mostrando que o Brasil não é essa democracia racial que foi afirmada durante grande parte da nossa República. Esse é um fato que o Estado tem que resgatar. Foram 350 anos de trabalho escravo. Estamos há 121 anos da abolição da escravidão e esse trauma ainda permanece com a população negra colocada em uma situação ainda marginal no processo econômico de nosso País”. ■

Foto: iStockphoto.com



O primeiro passo

Por Janete Pietá

na construção da igualdade racial

A lei que decretou a extinção da escravidão no Brasil foi importante, mas ficou faltando à abolição a formulação de políticas públicas que reverteressem os efeitos deletérios do regime escravista. Não se ofereceu educação, acesso a terra ou condições de inserção no mercado de trabalho.

Assim, construíram-se as desigualdades raciais por um lado e por outro todo um conjunto de imagens negativas e estereótipos que afetaram profundamente a vida dos afro-brasileiros. Por isso, acumulou-se uma enorme dívida com os afro-brasileiros que é um dos grupos historicamente excluído de nossa sociedade.

A maneira de corrigir esse quadro é a adoção de políticas públicas de promoção da igualdade que criem uma sociedade na qual a igualdade de oportunidade seja uma realidade. Sem dúvida, essa foi uma das principais motivações das pessoas e organizações da sociedade civil que se

mobilizaram para aprovar, 121 anos depois da abolição incompleta, o Estatuto da Igualdade Racial (Projeto de Lei 6264 de 2005) de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS).

É importante destacar que o Artigo 1º do Estatuto deixa claro que ele destina-se a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades e a defesa dos direitos étnico-raciais individuais, coletivos e difusos, além de combater a discriminação e as demais formas de intolerância étnico-racial.

O Estatuto também define o que é a população negra no seu parágrafo único – inciso IV. “População negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo IBGE”. Já no seu Artigo 2º, estabelece que: “É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidade, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemen-

te de etnia, raça ou cor da pele, o direito a participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e desportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais”.

A lei aprovada ainda tem uma dívida com os quilombolas. Essa dívida também se estende aos artistas negros (as) por não exigir cotas definidas nos meios de comunicação brasileiros.

Obviamente, não há unanimidade na sociedade brasileira quanto a todas as possíveis medidas de ação afirmativa. Essas divergências estiveram presentes todo o tempo no processo de discussão do Estatuto. Assim, nem tudo foi obtido no Estatuto que temos hoje, de fato, muito há a ser conquistado. Entretanto, um primeiro e importante passo foi dado. ■

**deputada Federal (PT/SP)*



igualdades entre as raças

Por
Marco Aurélio Mendes de Farias Mello*

Na constituição de 1988 adotou-se pela primeira vez, um preâmbulo – o que é sintomático, sinalizando uma nova direção, uma mudança de postura –, após o que a Lei Maior é aberta com o artigo que lhe evidencia o alcance: constam como fundamentos da República Brasileira a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Do artigo 3º vem-nos luz suficiente ao agasalho de uma ação afirmativa, à percepção de que o único modo de se corrigir desigualdades é colocar o peso da lei, com a imperatividade que ela deve ter em um mercado desequilibrado, a favor daquele que é discriminado, que é tratado de forma desigual. Nesse preceito são considerados como objetivos fundamentais de nossa República: primei-

ro, construir – preste-se atenção a esse verbo – uma ansiedade livre, justa e solidária, segundo, garantir o desenvolvimento nacional – novamente temos aqui o verbo a conduzir não a uma atitude simplesmente estática, mas a uma posição ativa; erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e, por último, no que nos interessa, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Pode-se afirmar sem receio de equívoco, que se passou de uma igualização estática, meramente negativa, no que se proibia a discriminação, para uma igualização eficaz, dinâmica, já que os verbos, “construir”, “garantir”, “erradicar” e “pro-

mover” implica, em si, mudança de óptica, ao denotar “ação”. Não basta não discriminar. É preciso viabilizar – e encontramos na Carta da República, base para fazê-lo – as mesmas oportunidades. Há de ter-se como página virada o sistema simplesmente principiológico. A postura deve ser, acima de tudo, afirmativa. E é necessário que seja a posição adotada pelos nossos legisladores. O fim almejado por esses dois artigos da Carta Federal é a transformação social, com o objetivo de erradicar a pobreza, que é uma das maneiras de discriminação, visando-se, acima de tudo, ao bem de todos, e não apenas daqueles nascidos em berço de ouro.

No campo dos direitos e garantias fundamentais, deu-se ênfase maior



Marco Aurélio Mendes de Farias Mello

a igualização ao prever-se, na cabeça do artigo 5º, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, assegurando-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Seguem-se setenta e sete incisos, cabendo destacar o XLI, segundo o qual “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”; o inciso XLII, a prever que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei”. Veja-se que nem a passagem do tempo, nem o valor “segurança jurídica”, estabilidade nas relações jurídicas, suplantam a ênfase dada pelo nosso legislador constituinte de 1988 a esse crime odioso, que é o crime racial. Mais ainda: de acordo com o § 1º do artigo 5º, “as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”. Em relação aos direitos e às garantias individuais, a Carta de 1988, tornou-se desde que promulgada, auto-aplicável, cabendo aos responsáveis pela supremacia do Diploma Máximo do País buscar meios para torná-lo efetivo. Consoante o § 2º desse mesmo artigo, os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, e aqui passou-se a contar com os denominados direitos e garantias implícitos ou insertos nos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

A Lei nº 7.716/89, de autoria do Deputado Carlos Alberto Caó, veio capitular determinados procedimentos, à margem da Carta Federal, como crime. Deveriam ter sido previstas, além da pena de prisão, também penas de multa em valores elevados. É o caso de perguntarmos: o que falta,

então, para afastarmos do cenário as discriminações, as exclusões hoje notadas? Urge uma mudança cultural, uma conscientização maior por parte dos brasileiros; falta a percepção de que não se pode falar em Constituição federal sem levar em conta, acima de tudo, a igualdade.

Todas as estatísticas comprovam o desequilíbrio social existente no Brasil, recaindo sobre a população negra grande parte dos ônus

// Cidadania não combina com desigualdade. República não combina com preconceito. Democracia não combina com discriminação. //

advindos da péssima distribuição de renda que tanto nos envergonha. Os piores indicadores alusivos ao analfabetismo, ao desemprego, renda, expectativa de vida, habitação, mortalidade, violência urbana retratam muito bem o que e como vem a ser a discriminação racial no Brasil.

Tudo acontece de forma muito sutil. A prática comprova que, diante de currículos idênticos, prefere-se a arregimentação do branco e que, sendo discutida uma relação locatícia, dá-se preferência – em que pese à igualdade de situações, a não ser pela cor – aos brancos. Nas lojas de produtos sofisticados, raros são os negros que se colocam como vendedores, o que se diria como gerentes. Em restaurantes, serviços que

impliquem contato direto com o cliente geralmente não são feitos por negros. Mais ainda, existem locais em que há a presença maior de negros, a atuarem, no entanto, como: manobrista, leão-de-chácara, etc. Há exceções no Brasil. Já contamos, felizmente, com algumas grandes empresas que procuram equilibrar essa equação; uma delas começou com a política em 1970, mas mesmo assim, até aqui, só conseguiu compor o quadro funcional com 10% de negros. Iniciativas semelhantes servem para escancarar o problema, para abrir nossos olhos a esse impiedoso tratamento que resulta, passo a passo, em uma discriminação inaceitável.

Cidadania não combina com desigualdade. República não combina com preconceito. Democracia não combina com discriminação. E, no entanto, no Brasil que se diz querer republicanos e democráticos, o cidadão ainda é uma elite, pela multiplicidade de preconceitos que subsistem, mesmo sob o manto fácil do silêncio branco com os negros, da palavra gentil com as mulheres, da esmola superior com os pobres, da frase lida para os analfabetos...

Nesse cenário sócio-político e econômico, não seria verdadeiramente democrática a leitura superficial e preconceituosa da Constituição, nem seria verdadeiramente cidadão o leitor que não lhe rebuscas-se a alma, apregoando o discurso fácil dos igualados superiormente em nossa história feita pelas mãos calejadas dos discriminados. É preciso ter sempre presentes essas palavras. A correção das desigualdades é possível, mas é preciso que façamos o que está ao nosso alcance, o que está previsto na Constituição Federal. Mãos à obra. Todos. Quem ganha é o Brasil. ■

**ministro do Supremo Tribunal Federal*

Faculdade Zumbi dos Palmares.

O caminho para a inclusão do negro na sociedade brasileira fica cada vez mais livre.

future

A Faculdade Zumbi dos Palmares surgiu de um sonho alimentado por um grupo de abnegados formado por empresários, cidadãos, professores, funcionários e alunos. E com um compromisso muito claro: trabalhar pela inclusão e valorização do negro na sociedade brasileira. Hoje, depois de duas turmas já formadas, podemos dizer que este sonho já é realidade, que cresce como uma onda positiva, virtuosa, que se espalha pela sociedade. E, para corroborar estas palavras, apresenta números incontestáveis: de **126 alunos formados em 2008**, passamos a **241 em 2009**, **90% deles empregados e 70% efetivados nos principais bancos do país** através de programas de Inclusão Racial firmados com nossa faculdade. Tudo isso nos dá a certeza de que este é o caminho para a inclusão do negro na sociedade brasileira. E ele está cada vez mais livre.



ZUMBI DOS PALMARES

FACULDADE ZUMBI DOS PALMARES

SÃO PAULO - BRASIL

Racismo como enfrentá-lo?

Por Miguel Jorge*

Infelizmente, neste limiar do século XXI, ouvem-se ainda vozes correntes, no País, a dizer que brasileiros brancos, pardos, mulatos e negros nascem desiguais e desiguais serão para sempre, considerando-se grau de inteligência, capacitação profissional e condição de saúde, entre outros itens.

Vozes desprezíveis e que trazem, entre seus muitos conceitos, a idéia esdrúxula de que os Estados Unidos,

por exemplo, são mais avançados do que o Brasil porque, a bordo do *Mayflower*, marco de sua história, viajavam imigrantes anglo-saxões, de raça superior.

Quanta pobreza de interpretação, imaginada apenas para amesquinhar o papel do negro na formação da raça brasileira, e, sobretudo, quanto primarismo supostamente científico ou antropológico para explicar eventual superioridade ou inferioridade de

uma sociedade sobre outra!

Pior é que esse pauperismo – para dizer o mínimo – vem de muito longe. Veja-se que, já em 1897, o então ministro da Indústria – e depois da Fazenda - Joaquim Murinho, em célebre documento, advertia o governo que o Brasil não se industrializaria como os Estados Unidos por lhe faltar as “aptidões superiores da raça americana”!

O mais incompreensível nesse

Foto: Divulgação



Miguel Jorge

tipo de colocação racista e vergonhosa, que ainda alimenta nossos preconceitos, é o fechar de olhos para uma realidade que nos mostra, diariamente, em todo o mundo, que povos de todas as raças – independentemente do meio físico, das condições climáticas, da situação geográfica etc. – podem criar desenvolvimento com justiça social.

Para isso, basta que descubram seus próprios caminhos, o que não aconteceu aqui (exceto esporadicamente), porque o Estado brasileiro e parte da sociedade civil, especialmente as chamadas elites – mas num processo que também permeia boa parte de nossa classe média – tentam nos instilar o conceito de que temos uma democracia racial, enquanto negam ao negro crescimento e bem-estar.

Grosso modo, talvez isso decorra de nossa maneira de ser sempre anti-qualquer coisa, e no mínimo, anti-alguma coisa – ou, dizia o velho humorista e jornalista carioca Dom José Cavaca, de sermos “um povo sem preconceitos, exceto contra negros, judeus, divorciados, estrangeiros e muçulmanos”.

Nesse contexto, teremos que reaprender dia após dia, não apenas com carnaval e futebol, mas principalmente no nosso emocional, que aos brasileiros de todas as raças – e não só aos negros, pardos, mulatos, cafuzos e mamelucos – devemos a “culpa” de nossos avanços e fracassos.

É o que a sociedade brasileira vem procurando fazer – inclusive os responsáveis pela revista *Afirmativa* – ao nos obrigarmos a reconhecer que, apesar de os preconceitos raciais terem sido bastante atenuados no País, e de admitirmos que, um dia, possam vir a desaparecer, ainda há um longo

caminho a percorrer para o resgate desse passivo social e psicológico.

Em relação às instituições do Estado brasileiro, e a um governo que se diz popular sem ser populista, o momento é oportuno para se ordenar ações e programas que contribuam para a inserção dos negros marginalizados na cidadania. Numa sociedade justa, por exemplo, as leis têm que ser aplicáveis aos brancos e aos negros, assim como aos ricos e aos pobres. Isso, infelizmente para toda nossa sociedade, e na imensa maioria dos casos, ainda não ocorre neste País. Basta ver os choques de classe social que se espalham pelos tribunais de todos os tipos, favorecendo os brancos, especialmente se tiverem recursos para pagar advogados, em detrimento desses últimos.

Da mesma forma, para que uma

// Numa sociedade justa, por exemplo, as leis têm que ser aplicáveis aos brancos e aos negros, assim como aos ricos e aos pobres. //

sociedade digna reduza a desigualdade social, é necessário que seu mercado de trabalho, de bens de produção, de serviços etc., seja aberto a todos os cidadãos, brancos, negros, mulatos ou de qualquer outra cor, raça, procedência e crenças religiosas e políticas.

Contudo, o que ocorre entre nós é que os negros, mesmo os mais ins-

truídos, precisam fazer verdadeiros malabarismos para burlar as portas que lhes são vedadas por preconceitos culturais e sociais – em capitais de população de esmagadora maioria negra, parda e mulata, como Salvador, de 81,8% dessas cores de pele, apenas 10,3% deles ocupam cargos de chefia em empresas. No caso dos não negros, esse número é de 29,6%, mais de três vezes maior.

Chame-se isso do que quiser – de discriminação, de preconceito ou de racismo. Mas o fato é que salta à mente de qualquer um que esse tipo de problema ainda desafia o Brasil miscigenado e pluralista, cuja sociedade já deveria estar totalmente madura para se libertar dos seus conflitos e se orgulhar da própria identidade.

É inegável que se compreenda ainda existirem grandes diferenças de classe e de condições entre os grupos sociais, entre muitos outros problemas oriundos de nossa formação histórica. Mas o que não podemos é continuar aceitando, especialmente com a passividade que temos demonstrado – que eles continuem essa tendência de se eternizar.

E é isso, exatamente, o que acontecerá – ou se aprofundará – se cada brasileiro não se dispuser a enfrentar essa questão cada vez mais candente, nos seus aspectos emocionais e práticos. Mesmo num mundo de desigualdades sociais e econômicas, no qual sempre haverá pessoas mais aptas e pessoas menos aptas, não há qualquer desculpa para que cada um de nós e todos os brasileiros não lutem contra essas desigualdades, sobretudo quando a ela se associam fatores raciais. ■

**ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior*

A Afrobras tem apenas 12 anos de vida. Mas seu trabalho já é referência no Brasil.

Fundada em 1997, como uma organização não governamental, a Afrobras é resultado do idealismo e esforço de um grupo formado por intelectuais, autoridades, cidadãos e personalidades, negros ou não, que tem por objetivo promover a inserção socioeconômica, cultural e educacional dos jovens negros na sociedade brasileira. Desenvolvendo atividades de informação, formação, capacitação, qualificação e assessoria técnica, jurídica e política, a Afrobras destaca-se hoje como referência na busca de valorização e afirmação do negro brasileiro.

Entre suas inúmeras atividades, merecem destaque a Revista Afirmativa, publicação bimestral que aborda os principais temas de interesse para a comunidade afro-brasileira; o Troféu Raça Negra, homenagem às personalidades, autoridades e intelectuais que contribuem para a construção de uma sociedade plural, afirmativa e cada vez mais justa; o programa Negros em Foco, um fórum aberto, que discute, nas TVs aberta e fechada, assuntos que interessam ao Brasil e à sua comunidade afrodescendente; e, uma de suas iniciativas mais importantes, a Faculdade da Cidadania Zumbi dos Palmares, um verdadeiro marco na história da educação e da luta pela igualdade no Brasil, a primeira faculdade de inclusão do negro da América Latina.

Até agora foram apenas 12 anos ajudando a mudar uma história de quase 4 séculos. Sabemos que o caminho a percorrer ainda é longo. Mas ele está cada vez mais livre.

valeu Zumbi

Da redação

Zumbi. Há quem diga que Zumbi quer dizer morto vivo. Há quem diga que significa Deus da Guerra. Existem historiadores que acreditam na origem da palavra do angolano N'Zambiapongo, N'Zambi e N'Zumbi, todas significando Deus.

Mas no Brasil, Zumbi é nome de guerreiro, de lutador, sinônimo de liberdade. Dia 20 de novembro, dia do assassinato de Zumbi, foi transformado em Dia Nacional da Consciência Negra pelo Movimento Negro Unificado, em 1978.

Zumbi foi o mais importante líder do Quilombo de Palmares. Fundado em 1597 por cerca de 40 escravos revoltos vindos de engenhos pernambucanos, localizava-se na Serra da Barriga entre os estados de Alagoas e Pernambuco. Nos seus tempos áureos chegou a ser formado por vários mocambos e povoado por negros escravos, índios, brancos degredados, excluídos da sociedade.

Zumbi nasceu em Palmares e fora raptado ainda bebê. Entregue ao padre Antônio Melo como presente, foi criado como filho e batizado Francisco. O menino cresceu forte e inteligente aprendeu a ler e escrever. Estudou latim e fez estudos bíblicos tornando-se coroinha. Aos 15 anos, revoltado com a situação dos seus irmãos de cor, resolveu voltar a Palmares. Lançou-se na aventura de uma caminhada de cerca de 100 km. Lá chegando, foi recebido por uma família que o chamou Zumbi.

A República Palmarina era comandada por Ganga Zumba, tio de Zumbi. Com a invasão holandesa, em 1630, os senhores de engenho ficaram temerosos e vários abandonaram suas terras deixando para trás seus escravos. Estes, vendo-se livres, refugiavam-se no quilombo. Em pouco tempo, Palmares era mais populoso que a vila. Estima-se que a população de Palmares tenha chegado a 30 mil pessoas.

Palmares passou a incomodar muito os invasores holandeses. Incomodavam também os senhores e o medo crescia. Para se livrarem do quilombo uniram-se habitantes, holandeses e senhores e resolveram contratar Domingos Jorge Velho, o Bandeirante, para acabar com a fortaleza.

Durante cinco anos Jorge Velho atacou Palmares sem sucesso. Até que em 20 de novembro de 1695, Zumbi é assassinado. O rei dos quilombolas teve sua cabeça cortada e exposta em praça pública até se decompor totalmente. A luta de Zumbi não se perdeu no tempo. Sua morte serviu, e ainda serve como exemplo de luta. A indignação pela situação do negro em terras brasileiras se reflete nas ações de entidades do Movimento Negro que vêm de há muito tempo reivindicando melhores condições de vida ao povo negro. Em 1995, para homenagear o líder negro, acontece, em Brasília a primeira Marcha Zumbi, que



reuniu cerca de 30 mil pessoas de todo o Brasil. Foi o chamamento do povo negro para uma ação efetiva.

Construindo o “Dia da Consciência Negra”

Tal qual Zumbi ao deixar o abrigo do padre para voltar às suas origens em Palmares, fez o negro brasileiro organizando-se em busca de um auto-reconhecimento em sua cultura. Mirando-se no exemplo do negro norte-americano que partia do princípio que a cor da pele era motivo de orgulho e sabedores de suas origens africanas, o negro brasileiro só tinha em sua memória a vergonha da escravidão e as manifestações culturais por ele cultivadas.

De acordo com Ivair Santos, em sua obra “O Movimento Negro e o Estado” (2006), “é preciso reconhecer que, mesmo na ausência forçada de uma comunidade negra organizada, existia um sentimento [...] de iden-

tidade negra”. Ele diz ainda que esse sentimento criou algumas alternativas como a expansão das organizações que se mantiveram apesar da abolição, como as irmandades religiosas negras, como a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos que oferecia aos seus membros tratamento de saúde, empréstimos e pensões. Outras, formadas por negros muito pobres, reuniam-se para ouvir música, dançar e conversar.

A década de 1920 foi decisiva para o posicionamento do povo negro. Mantidos à força fora das discussões políticas do país, resolveu-se criar muitas associações recreativas e uma imprensa negra ativa, que produzia jornais que circulavam em São Paulo e interior.

Essa imprensa foi diversas vezes reprimida e perseguida. Mas a vontade de mudança era maior. No Estado Novo, período entre 1945 e 1963, o Movimento Negro foi desarticulado,

mas não morto. Alguns intelectuais negros organizaram um manifesto, em 11 de novembro de 1945, para a Convenção Nacional do Negro exigindo a efetivação dos direitos do negro como cidadãos brasileiros.

Buscando os exemplos do passado, o Movimento Negro muda de estratégia e usa o direito à educação como mote. Em 1950, Abdias do Nascimento, na Convenção Nacional do Negro, onde atuou como presidente reivindicou, entre outras coisas, uma legislação antidiscriminatória. Após rejeição sem argumentos em 1950, em 1951, o congresso aprovou a lei reapresentada pelo deputado Afonso Arinos.

Ainda na década de 1950, a realidade do negro passa a ser observada por pesquisadores e sociólogos. Foi graças a uma iniciativa da UNESCO que figuras como Roger Bastide, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Virgínia Leone, Octávio Ianni e

Fernando Henrique Cardoso, entre outros, realizam trabalhos que se tornam referências para a sociologia brasileira. Resultado da pesquisa: brasileiro tem preconceito de ter preconceito. Não se nega a existência do racismo, mas não se assume a postura racista.

As décadas de 1960 e 1970 são marcadas pela ideologia do embranquecimento que se fortalece com a chegada cada vez maior de imigrantes europeus.

Tanto 13 de maio, data da Abolição da Escravatura, quanto o dia 20 de novembro, dia do assassinato de Zumbi dos Palmares, passaram a constar na agenda do movimento negro como datas de reflexão e protesto. Diferente do 20 de novembro, o 13 de maio perdeu força em nossa sociedade devido a memória histórica vencedora: a que atribuiu a abolição à atitude exclusiva da princesa Isabel, aparentemente paternalista e ge-

nerosa. Pesquisas recentes têm recuperado a atuação de escravos, libertos, intelectuais e jornalistas negros e mestiços para o 13 de maio, mostrando como este não se resumiu a um decreto, uma lei ou uma dádiva.

Há 37 anos, o poeta gaúcho Oliveira Silveira sugeria ao seu grupo que o 20 de novembro fosse comemorado como o “Dia Nacional da Consciência Negra”, pois era mais significativo para a comunidade negra brasileira do que o 13 de maio. Em 1971, o 20 de novembro foi celebrado pela primeira vez.

O ano de 1978 foi decisivo para o Movimento Negro. Na busca pelo reconhecimento e pela valorização de sua negritude, de sua cultura e de suas origens, o negro brasileiro parte para um auto-reconhecimento. Estimulado pelo movimento negro norte americano, passa a vislumbrar um mundo de uma maneira mais otimista.

De acordo com Carlos Vogt em seu

texto “Ações afirmativas e políticas de afirmação do negro no Brasil”, a transformação da democracia social de ideário político em mito e em ideologia e, portanto, em expediente de ilusionismo social vai se dar, de maneira consistente, a partir dos anos 1970 e, talvez, um dos fatos mais importantes dessa nova tendência e postura seja a fundação em 1978, em São Paulo, do Movimento Negro Unificado.

Em 1988, no ano do centenário da Abolição da Escravatura, foi promulgada a nova Constituição da República Federativa do Brasil. Nela, por conta das lutas pelos direitos civis dos negros, ficou consagrado, no Título II - Dos direitos e garantias fundamentais -, Capítulo I - Dos direitos e deveres individuais e coletivos -, Artigo 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à



Palácio Zumbi



Vista da Serra da Barriga

igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Artigo XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

O passo seguinte seria o das ações afirmativas, cujo modelo podia ser buscado nos EUA dos anos 1960, e, mais recentemente, no governo de Nelson Mandela, na África do Sul.

Ações afirmativas na pauta nacional: Quilombos no Brasil

A nova Constituição deu visibilidades às comunidades remanescentes de quilombo que muitos acreditavam estar extintas após a abolição. Atualmente, estima-se a existência de mais de 2 mil comunidades remanescentes de quilombo. Mas, o número gira em torno de 1 mil comunidades, em dados oficiais.

Em 1988, o então senador da Re-

pública Abdias do Nascimento coloca a discussão na pauta do Congresso Nacional e institui: Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Mas, para conseguirem titular suas terras era preciso que laudos antropológicos fossem feitos e que a ascendência escrava fosse confirmada.

Antropólogos iniciaram um trabalho no Vale do Ribeira. A primeira providência foi dar um novo sentido ao termo quilombo. Em 1740, reportando-se ao rei de Portugal, o Conselho Ultramarino valeu-se da seguinte definição de quilombo: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”.

De acordo com as antropólogas Alessandra Schmitt, Maria Cecília

Manzoli Turatti, Maria Celina Pereira de Carvalho em relatório para o ITESP intitulado “A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas” esta caracterização descritiva perpetuou-se como definição clássica do conceito em questão e influenciou uma geração de estudiosos da temática quilombola até meados dos anos 1970, como Artur Ramos (1953) e Edson Carneiro (1957).

De acordo com Associação Brasileira de Antropologia, hoje o significado de comunidade quilombola é explicado como “a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico”. ■

Fotos: Maira Villela

Nabuco errou

*Por Edson Santos**

Em 1888, quando a Lei Áurea baniu legalmente do país a vergonha do sistema escravocrata, Joaquim Nabuco, um dos abolicionistas mais engajados, profetizou que o Brasil levaria um século para livrar-se da desigualdade entre os ex-escravos e os demais cidadãos. Embora tenha acertado no diagnóstico, Nabuco errou no prazo. Hoje, 121 anos após a Abolição, negros e negras continuam sub-representados nos espaços de poder e no ambiente acadêmico, ocupando as funções menos qualificadas no mercado de trabalho, sem acesso às terras ancestralmente ocupadas no campo, e na condição de maiores agentes e vítimas da violência nas periferias das grandes cidades.

São muitas as razões que impossibilitaram a ascensão social dos negros, e sobre elas já discorri inúmeras vezes: a falta de mecanismos legais que garantissem o acesso dos negros à terra, ao trabalho e à educação no período imediatamente posterior à abolição; o incentivo à imigração europeia e asiática para substituir a mão-de-obra recém liberta; as teorias racistas de “embranquecimento” da população; o mito da demo-

cracia racial brasileira, que conduziu a uma quase total invisibilidade da questão negra; e toda uma herança discriminatória forjada em mais de 350 anos de escravidão.

Embora alguns setores tentem apresentar na mídia esta realidade com os sinais trocados, hoje sabemos que a democracia racial é em verdade um objetivo a ser alcançado, pois somos uma nação desigual, com os negros na base e os brancos ocupando o ápice da pirâmide econômica. Felizmente, no atual estágio de suas instituições democráticas, nossa sociedade está suficientemente madura para discutir a transformação desta realidade sem incitar o ódio racial ou ocasionar maiores traumas. Basta não perder de vista que objetivo não é dividir, mas integrar. Fazer com que negros, brancos, indígenas, ciganos e outros segmentos tenham não apenas a igualdade formal dos direitos, mas a igualdade real das oportunidades.

O Estatuto da Igualdade Racial, projeto de lei que há mais de uma década tramita no Congresso Nacional, é a mais importante ferramenta para alcançar este objetivo. Surge para dar consequência e aplicabilidade ao tex-

to da Constituição Cidadã de 1988, que, desde o seu preâmbulo e em diversos de seus artigos, confere ao Estado a responsabilidade pela promoção da igualdade e o combate aos preconceitos. A Carta registra em seu Artigo 3º, por exemplo, que é objetivo fundamental do Estado “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Assinala ainda, em seu Artigo 4º, o repúdio ao racismo, determinando, no inciso XLII do Artigo 5º, que sua prática se constitui em “crime inafiançável e imprescritível”.

Os primeiros efeitos da discussão em torno do Estatuto começam a ser sentidos antes mesmo de sua aprovação pelo Legislativo. De forma espontânea e sem registros de incidentes, mais de 60 instituições públicas de ensino superior já colocaram em prática políticas com o objetivo de ampliar o acesso de estudantes negros aos seus cursos de graduação; as escolas de nível fundamental e médio assumem seu papel para a superação do racismo com a gradual adoção da lei do ensino de História da África e da Cultura Negra; e diversos bancos



Edson Santos

e empresas começam a adotar medidas para reduzir as disparidades entre negros e brancos em seu corpo de funcionários. Paulatinamente, o racismo é desconstruído.

A recente aprovação do projeto de lei em comissão especial formada

para analisá-lo na Câmara, de forma unânime, graças a um acordo costurado entre todos os partidos presentes, foi um importante passo neste sentido. Considerando a solidez dos acordos firmados entre o governo, os partidos e a sociedade civil, estou

convicto de que, muito em breve, teremos condições de aproximar o Brasil do ideal de Nabuco: “Acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão”. ■

**ministro da Igualdade Racial*

Paradigma da democracia

Por Paulo Skaf*

Bertold Brecht, grande dramaturgo alemão, escreveu um dos diálogos mais instigantes da história do teatro. Um personagem diz ao outro: “Infeliz do país que não tem heróis”. O interlocutor responde: “Não, infeliz do país que precisa de heróis”. Reflexões sobre esta polêmica questão são oportunas num Brasil que ainda não foi capaz de suprir todos os seus filhos, ou pelo menos a maioria da população, com a essência sagrada do exercício pleno da cidadania. A realidade mostra que somos nação que continua precisando de heróis, inclusive os trabalhadores e empresários anônimos, que, numa conjuntura de política adversa de juros, câmbio, crédito, impostos, burocracia e legislação, mantêm viva e razoavelmente competitiva a nossa economia.

Desconhecidos ou proeminentes, são muitos os brasileiros que se mobilizaram ao longo de nossa história em prol da paz, da justiça social, da igualdade de direitos e do desenvolvimento. São pessoas que evidenciam nossa capacidade, como povo e Nação, de superar obstáculos, vencer dificuldades e avançar na solução de nossos problemas. Um desses personagens maiúsculos é Zumbi dos Palmares, cuja morte, em

20 de novembro de 1695, marca, com muita pertinência, o Dia Nacional da Consciência Negra, justamente integrado ao calendário oficial do País, inclusive no escolar. O seu exemplo de coragem cívica, determinação e estoicismo é consentâneo com os anseios de desenvolvimento socioeconômico, distribuição de renda e plena igualdade de direitos entre todos os brasileiros.

Nesse sentido, os desafios ainda são muitos. Um deles remete de modo direto à luta de Zumbi, pois é inegável que a população negra emergiu da Lei Áurea, há 118 anos, em condições de profunda desigualdade. Vítima do flagelo abominável da escravidão, excluída de todos os direitos civis, da educação formal e do respeito moral à sua cidadania, inseriu-se no cotidiano e no mercado de trabalho com nítida desvantagem em relação aos habitantes não privados da liberdade. Avanços importantes ocorreram, mas ainda há muito a ser feito.

O aspecto mais positivo na busca da igualdade plena de direitos e deveres em termos práticos — considerando que, no tocante à legislação, essa conquista já foi consagrada pela Constituição de 88 — refere-se

à sólida base de relacionamento harmonioso entre as etnias que compõem a população de 190 milhões de pessoas de nosso país. A convivência pacífica e a interação ampla de raças, religiões e ideologias no âmbito de nossa sociedade são um trunfo na luta pelo desenvolvimento e um inegável diferencial competitivo no mundo contemporâneo.

O Brasil precisa, com urgência, promover fabuloso processo de inclusão social, principalmente por meio da multiplicação de empregos, pois salário e renda são os mais eficazes e dignos meios de acesso aos benefícios da economia e às prerrogativas da cidadania. As lições de casa do desenvolvimento passam pela democratização de oportunidades no ensino, melhor e mais amplo atendimento na área da saúde, aguda redução do déficit habitacional e, sobretudo, o ingresso do Brasil num duradouro círculo virtuoso de crescimento. O Dia Nacional da Consciência Negra suscita oportunidade para que a Nação mobilize-se em torno dessas metas, convertendo justiça, na mais ampla acepção, em um visível e respeitado paradigma de sua democracia. ■

**presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)*



Paulo Skaf

Reflexão e ação

Por Gilberto Kassab*

O massacre de Shaperville, em 21 de março de 1969, deixou como legado histórico o reconhecimento pela sociedade moderna de uma de suas mais graves feridas: o racismo. Infelizmente, 69 pessoas tiveram que morrer em uma manifestação pacífica contra o regime racista na África do Sul, para que o mundo assumisse essa questão como um tema global e real.

No Brasil, o tema ainda é tratado de maneira velada. A sociedade sempre negou a existência da discriminação racial e somente em 1994 o governo federal reconheceu formalmente a existência do racismo. Além disso, também há os que concordam com o sociólogo Gilberto Freyre, que na década de 30 defendia que o preconceito na sociedade brasileira estava ligado à questão social; ou seja, a discriminação era motivada pela pobreza e não pela cor da pele.

Seja qual for a razão, o fato é que precisamos sempre avaliar nossa realidade e nos debruçar sobre ela até que qualquer tipo de preconceito seja eliminado. E quando falamos em eliminar o preconceito, não podemos entendê-lo apenas no sentido das

ações individuais ou do comportamento de determinado grupo de pessoas com relação a outras. Extinguir o preconceito é garantir a todo cidadão, independentemente de cor da pele ou condição social, uma situação de igualdade de oportunidades.

E é exatamente aí que está o maior simbolismo da discriminação existente no país. De acordo com dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, enquanto que 32,8% dos brancos empregados na Região Metropolitana de São Paulo estudaram somente até o primeiro grau do ensino fundamental, entre a população negra esse índice é de 54%. Já quando o assunto é o ensino médio e o ensino superior, a proporção de brancos que freqüentaram as aulas é cinco vezes superior ao de negros.

Podemos dizer, inclusive, que esse cenário se reflete diretamente no rendimento de cada grupo: apenas 5,3% dos negros recebem mais de 10 salários mínimos. Esse é um retrato que só poderá ser mudado com políticas públicas específicas. A cidade de São Paulo possui, desde dezembro de 1992, a Coordenadoria dos Assuntos

da População Negra – Cone. A função dela é formular, coordenar, acompanhar, sugerir e implementar políticas públicas para suprir as necessidades específicas da população negra, com o objetivo de combater o racismo e promover a integração dessa população no município.

Se considerarmos os números apontados anteriormente, podemos concluir que a maior parte da população negra paulistana está na periferia da cidade. E é exatamente essa população, que depende do poder público para ter educação e atendimento à saúde, que tem a prioridade da gestão.

Além das políticas de conscientização e de combate à discriminação, precisamos garantir a essa parcela da população o acesso à educação e ao emprego. Os investimentos em saúde e educação são o princípio e o fundamento dessa mudança que precisa ocorrer na sociedade. Tenho confiança de que dessa maneira poderemos ter pesquisas que apontem níveis similares de escolaridade e de rendimento entre negros e brancos brasileiros. ■

**prefeito de São Paulo*



Gilberto Kassab

Igualdade, objetivo comum

Por Geraldo Alckmin*

É claro que há muito ainda por fazer e a igualdade racial e a completa integração dos negros na sociedade brasileira ainda são metas a serem perseguidas. Mas, é preciso também reconhecer, a cada ano há novas e importantes conquistas a comemorar no Dia Nacional da Consciência Negra.

Por justiça, é preciso registrar que grande parte dessas conquistas se deve à própria comunidade negra, assumindo suas raízes e buscando espaços em todos os setores da vida social.

A criação do “Dia Nacional da Consciência Negra”, evocando o martírio de Zumbi dos Palmares e buscando preservar a identidade e a cultura afro-descendente, é uma dessas iniciativas. Outras, igualmente importantes, são a ONG Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural (Afrobras), a Universidade Zumbi dos Palmares, esta revista Afirmativa, que realizam um intenso trabalho de inclusão cultural, social e econômica.

O Governo do Estado de São Paulo desde há muito tempo está também engajado nessa luta, com

várias medidas concretas com vistas à integração racial.

Em 2003, instituiu a Política de Ações Afirmativas para Afro-descendentes, criando o Programa Estadual de Inclusão Social e Ação Afirmativa no Ensino Superior. O Programa “São Paulo: Educando pela diferença para a Igualdade” foi incluído no currículo da rede pública estadual, para capacitar docentes para a inclusão do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira.

Como reflexo dessas medidas, a participação de afro-descendentes na USP Leste atingiu 21% das primeiras matrículas e na Unicamp houve um aumento de 55% deles em relação ao ano passado. Ainda como parte do programa Ação Afirmativa, o governo autorizou que, a partir de dezembro deste ano, no vestibular das FATECs, alunos afro-descendentes terão um acréscimo de 2% e os oriundos de escola pública terão mais 10% a mais na nota conquistada.

A relação de ações do governo nessa área inclui ainda, entre muitas outras, a contratação de 32% de negros entre os monitores universitários,

bolsistas do Estado, do Programa Escola da Família; a implantação do estudo da diversidade racial por policiais militares e civis e alunos das academias e a criação do SOS Cidadão para atendimento de vítimas de racismo nos Centros de Integração à Comunidade e nas unidades do Poupatempo. Em 2003 e 2004, foram realizados Seminários sobre a Saúde da População Negra e estendido o Programa Saúde da Família às comunidades quilombolas. Em 2000, a Procuradoria Geral do Estado implantou o Programa SS Racismo, para assistência judiciária gratuita a vítimas de discriminação racial.

Mas, como disse no início, se muito já foi feito, muito ainda há por fazer. Por isso, neste “Dia Nacional da Consciência Negra”, envio minha saudação a toda a comunidade afro-descendente, na certeza de que continuaremos sempre juntos, na busca do objetivo comum, que é uma sociedade brasileira completamente livre de diferenças e preconceitos. ■

**secretário de Desenvolvimento do Estado de São Paulo*



Geraldo Alckmin

um Brasil

cada vez mais negro

Da redação



O Brasil “ficou” mais negro. Foi isso o que constatou o último levantamento da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados foram divulgados em setembro deste ano.

Os dados, coletados em 2008, apontam que, pela primeira vez, mais da metade da população brasileira - 50,6% dos habitantes, ante 50% em 2007 - se declarou parda ou negra. Mas com uma peculiaridade: na pesquisa, a participação dos autodeclarados pretos e brancos no total de brasileiros recuou, enquanto o número de mestiços e de outras etnias cresceu.

Em 2007, o número de negros tinha aumentado em comparação com 2006, em movimento atribuído por especialistas às políticas de ações afirmativas. Neste ano, contudo, a curva se inverteu, embora o crescimento dos pardos tenha persistido. Vale ressaltar que esse grupo é considerado negro e beneficiado pelas políticas de ações afirmativas.

A sondagem apontou que, em 2007, 42,5% dos brasileiros se diziam pardos, percentual que subiu para 43,8% em 2008. Os pretos, contudo, reduziram sua participação na população nacional de 7,5% para 6,8%. Houve ainda crescimento dos entrevistados que classificaram sua condição étnica como “outra” - que passaram de 0,8% para 0,9% dos habitantes do Brasil. Já os que se dizem brancos reduziram sua presença na população - em tendência já observada em pesquisas anteriores - de 49,2% para 48,4%.

Somente a Região Centro-Oeste registrou queda na proporção de pessoas que se dizem pardas, de 2007 para 2008, de 50,9% para 50,2% (0,7 ponto percentual a menos). Nas demais, houve crescimento. Na região Norte a expansão foi maior, de 68,3% para 71%, salto de 2,7 pontos percentuais. Em seguida, veio o Sudeste, com aumento de 2 pontos percentuais, de 32,4% para 34,4%. Mesmo o Sul, onde predominam descendentes de imigrantes de origem européia, sobretudo alemã e italiana, registrou aumento de pardos, de 16,4% para 17%, 0,6 ponto porcentual.

Mudança de raça

Em 70 anos o Brasil “mudou” de raça. Em 1940, mais de 60% diziam-

se brancos, hoje a maioria prefere se autodeclarar pardo (48,8%).

Os especialistas apontam diversos fatores para explicar a diminuição do número dos autodeclarados pretos e brancos e o aumento da população de pardos.

Alguns atribuem ao racismo o fato de muitos pretos se definirem como pardos. Outros vêem esse fator como resultado de uma miscigenação cada dia maior no país. Contudo, a maioria concorda que os efeitos das políticas afirmativas vêm sendo determinantes na composição desse novo perfil da população brasileira, principalmente a discussão em torno das cotas nas universidades.

As diferenças regionais

A Pnad 2009 confirma a histórica distribuição desigual das raças no território nacional. Enquanto no Norte e no Nordeste as pessoas se declaram predominantemente pardas ou pretas (índice superior a 70%), na região Sul, 78,7% dos entrevistados se classificaram como brancos.

No Sudeste, 56,8% da população se declara branca, 34,4% parda e 7,7% preta. O Centro-Oeste se manteve com cerca de metade da população autodeclarada parda. Os brancos somam 42,2% e os pretos 6,5%.

A participação das etnias nos centros urbanos e no campo também é diferenciada. Enquanto no ambiente rural a população há uma predominância da população preta e parda (60,4%, ante os 38,7% da participação dos brancos), nas cidades a balança pende ligeiramente para o outro lado. Os brancos somam 50,3%, e os pretos e pardos, 48,7%. ■

Ilustração: iStockphoto.com



ainda a Ação Afirmativa

*Por José Sarney**

Em 1999, apresentei o primeiro projeto de lei que trata da utilização da política de cotas para garantir o acesso da população afrodescendente à universidade e aos empregos públicos, passo fundamental para começarmos o resgate da dívida do Brasil com o seu passado. A reação da mídia e de parte da elite, preconceituosa, continua num debate que ignora até mesmo as experiências muito bem sucedidas em várias universidades.

Em 2006, um empresário sustentou a tese de que toda a violência social no Rio de Janeiro era consequência de se ter acabado a escravidão muito cedo e sem a indenização aos proprietários. É espantoso que uma tese tão absurda ainda possa ser levantada. Quando se lançou a campanha pelo abolicionismo, Nabuco mostrou que àquele tempo, na década de 1870, as pessoas tidas como escravas estavam sob um estatuto de ilegalidade explícita, pois a lei de 7 de novembro de 1831 tornava livres todos os escravos chegados ao Brasil. Esta ilegalidade explícita não dispensava o conhecimento de que, desde o descobrimento, nenhuma lei autorizava a escravidão no Brasil. A importância do ato de

13 de maio de 1888 é de ter formalizado, de maneira simples, a ilegalidade a que eram submetidos os africanos e seus descendentes que haviam construído o Brasil.

Nabuco, em “O Abolicionismo”, respondia diretamente à questão de porque não esperar mais para fazer a abolição. “Vinte anos mais de escravidão, é a morte do país.” Sobre o efeito na lavoura, demonstrava que a experiência americana provava o contrário, e é disto mesmo que se convencerá Antonio Prado ao tomar a iniciativa da emancipação entre os grandes proprietários de São Paulo. O movimento abolicionista conseguiu convencer todas as camadas da população e, com todas as classes, avançava município a município, quarteirão a quarteirão.

O problema do negro brasileiro sempre esteve no sentimento da minha alma. Presidente da República, instituí, no centenário da Abolição, a Fundação Palmares, destinada a dar um suporte institucional às reivindicações e tomar a iniciativa da mobilização da sociedade. Em 1989, sancionei a lei 7.716, que define os crimes de racismo. O projeto de cotas que apresentei foi aprovado no Senado

Federal e amplamente debatido, e dele partiu a implantação de cotas nas universidades federais.

O problema da discriminação racial é histórico e suas raízes estão na escravidão e no preconceito. Acredito ser o Brasil uma democracia racial que convive com enormes preconceitos. E se não temos a segregação racial explícita, existe a discriminação encoberta, mascarada, escondida, até mesmo inconsciente. Se é verdade que a exclusão dos negros e da comunidade negra coincide em grande parte com a dos pobres, elas não podem ser confundidas. Os negros, entre os pobres, são os mais pobres; entre os que não conseguem o acesso à educação, a maioria; entre os doentes, os mais graves.

A luta pela reparação da injustiça secular ainda levará muito tempo para se concluir. A ação afirmativa é um passo de um longo caminho. Alcançar a liberdade é alcançar a igualdade, é realizar e viver a plenitude da fraternidade. A ascensão social do negro é um dos grandes desafios deste país. Enquanto o negro não tiver o espaço que merece, o Brasil não será um país justo. ■

**presidente do Senado*



José Sarney

Troféu Raça Negra



É no dia 15 de novembro de 2009 a data da entrega da 7ª edição do Troféu Raça Negra, mas a festa do Oscar da comunidade negra começou em 13 de outubro, com um almoço na sede da Coca-Cola Brasil, no Rio de Janeiro. Com a presença de artistas renomados, executivos e políticos, o evento de lançamento foi marcado pela descontração e sentimento de congraçamento que já é uma das suas características.

A mesa principal foi composta pelo presidente da Afrobras, José Vicente, pelo ministro da SEPPIR, Edson Santos, Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, Benedita da Silva, pelo vice-presidente de Comunicação da Coca-Cola, Marcos Simões, pelos atores Milton Gonçalves e Isabel Fillardis, pela vice-presidente da Afrobras, Ruth Lopes, e pelo diretor artístico desta edição do troféu, Herbert Mota.





Durante os discursos, os atores Milton Gonçalves e Isabel Fillardis se mostraram emocionados e reafirmaram a importância das realizações da Afrobras e conclamaram a participação mais efetiva de artistas negros nessa jornada, a união de todos no mesmo objetivo.

O presidente da Afrobras, José Vicente, informou os resultados do trabalho da instituição, como os 368 alunos formados nas duas turmas do curso de Administração da Faculdade Zumbi dos Palmares e dos quase 600 alunos que já estão estagiando ou mesmo efetivados em grandes empresas parceiras do projeto. Marcos Simões observou a importância da empresa apoiar o troféu e abrir suas portas para os negros, citando como exemplo o almoço de lançamento do troféu oferecido pela Coca-Cola.

Na oportunidade, o ministro Edson Santos falou da importân-

cia de ações afirmativas como as cotas nas universidades.

Entre os convidados presentes estiveram Elisa Lucinda, Zezé Motta, Altay Veloso, Da Gama, Déo Garcez, Douglas Silva, Ivan de Almeida, Luciano Quirino, Maria Ceíça, Mussunzinho, Nill Marcondes, Robson Caetano, Romeu Evaristo, Sandra de Sá, Tony Garrido, Toni Gordon, Vanessa Jackson e Wilson Simoninha, entre outras personalidades.

O Troféu Raça Negra foi realizado pela ONG Afrobras (Sociedade Afrobrasileira de Desenvolvimento Sócio Cultural) pela primeira vez em 2000, por ocasião das festividades dos 500 anos do Descobrimento.

Pela primeira vez na história do País, personalidades negras que contribuíram em diversas atividades, proporcionando às futuras gerações o registro da determinação, trabalho, perseverança e exemplo na construção de uma sociedade melhor foram reconhecidas e homenageadas em uma noite de gala no Teatro Municipal de São Paulo.

O sucesso da premiação levou a Afrobras a realizar uma segunda edição em 2004, ano das comemorações dos 450 anos da cidade São Paulo. Desde então a instituição entendeu ser justo premiar e enaltecer anualmente as iniciativas, ações,

trajetórias e realizações daqueles que contribuem para a valorização da população negra. Com esse objetivo, realizou em 2005 a terceira edição, que aconteceu no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

No ano seguinte, em 2006, a novidade foi a implantação da categoria Ação Social. Mais uma vez o evento contou com o patrocínio de grandes empresas e instituições financeiras.

Em 2007, já considerado “Oscar” da comunidade negra, o evento dedicou uma homenagem ao mestre Cartola. Esta foi uma edição comemorativa, pois o troféu chegava a sua quinta edição.

No ano de 2008 o Troféu entrou oficialmente para o calendário da cidade de São Paulo e, diferentemente dos anos anteriores, a escolha dos indicados não foi por meio do voto popular. Em comemoração aos 120 anos de abolição da escravidão foram premiadas personalidades e autoridades que se destacaram pela luta em favor da diversidade e da inclusão dos negros na sociedade. Além disso, uma homenagem ao cantor e compositor Wilson Simonal e ao recém-eleito presidente dos EUA, Barack Obama, foram os momentos marcantes do evento. Nesta sétima edição a homenagem será ao rei do pop Michael Jackson. ■



Troféu Raça Negra 2009.

Uma homenagem à raça do povo brasileiro.

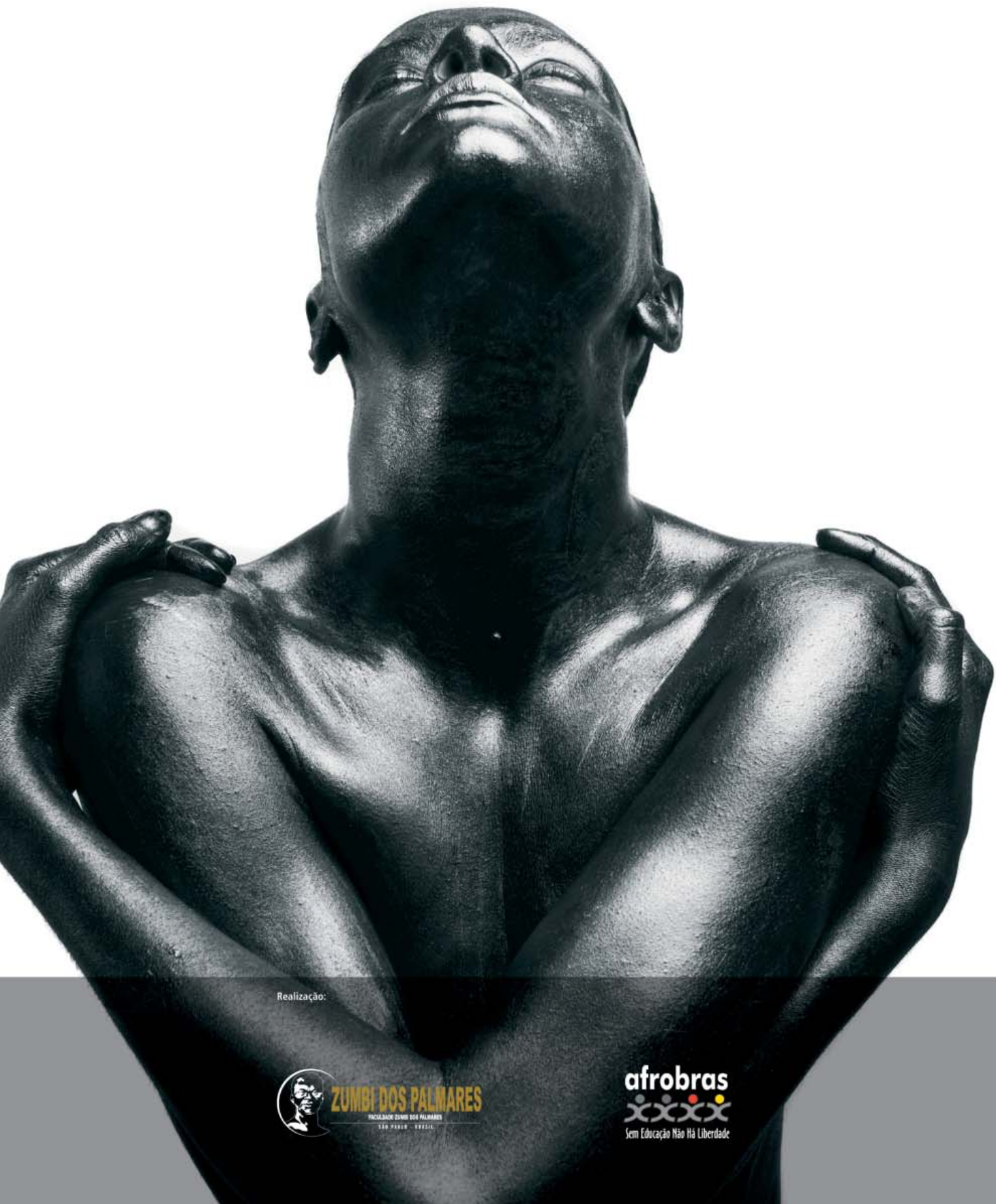
O Troféu Raça Negra chega à sua 7ª edição consolidado como o mais importante reconhecimento às pessoas de todas as raças que lutam pela inclusão do negro na sociedade brasileira. É também um estímulo para que essa luta continue, garantindo a consolidação da diversidade e da cidadania em nosso país.

Patrocínio:



Apoio:





Realização:



afrobras
Sem Educação Não Há Liberdade

Universidade do magistério

*Por Cristovam Buarque**

Os dados do último censo escolar mostram a tragédia de uma hemorragia no organismo do Brasil: a redução no número de jovens que buscam a carreira do magistério nas nossas universidades. A continuar nesse rumo, o Brasil terá o agravamento da anemia intelectual que nos caracteriza. Em um mundo competitivo, isso significa a anemia na economia, na cultura, na vida social. Sem uma boa educação de base, não teremos uma boa universidade, porque desperdiçaremos os cérebros excluídos por falta de boa qualidade nos primeiros anos de educação. Mas sem uma boa universidade, não teremos boa educação de base, por falta de bons professores; esse é

o círculo vicioso da hemorragia intelectual do Brasil.

A culpa está na falta de prestígio da carreira do magistério, por causa dos baixos salários, das vergonhosas condições de trabalho, da violência a que são submetidos os professores e da falta de adaptação da escola atual às necessidades e gostos das novas gerações. Mas a culpa está também na estrutura universitária, que não produz os profissionais de que o país precisa, nem com a qualificação necessária.

A universidade deve formar uma elite intelectual que se ponha a serviço do país, da população e da Humanidade. A formação de professo-

res é uma prioridade fundamental. Mas não é só isso. Nossa elite é pobre intelectualmente, minúscula numericamente e alienada socialmente e formamos uma elite muito aquém do potencial de nossa população; e sem profissionais nas especialidades de que precisamos, em quantidade e qualidade, especialmente professores.

Entretanto, a criação de mais universidades não aumentará o número de professores, nem melhorará a qualidade na formação deles. Os alunos dessas universidades continuarão preferindo outras carreiras e as universidades continuarão mantendo uma estrutura sem vínculos com a educação de base.



Cristovam Buarque

Em vez de mais universidades similares às atuais, o círculo vicioso da hemorragia intelectual pode ser quebrado pela criação de uma “universidade” diferente das atuais.

Uma Universidade do Magistério que consistiria simplesmente de uma estrutura administrativa, com as funções de definir o número de estudantes necessários para preencher a anemia de professores; selecionar os estudantes especificamente para as carreiras de magistério, no número necessário a cada especialidade para os próximos anos; selecionar universidades e faculdades com qualidade, sejam estatais ou particulares; e financiar os estudos desses jovens, incluindo salários durante a formação.

A Universidade para o Magistério definiria o número de alunos con-

forme a necessidade do sistema educacional, teria uma pequena estrutura para selecionar os alunos e as faculdades com qualidade onde eles estudariam; financiaria os cursos; e pagaria um salário para os alunos. O diploma de cada formando seria assinado pela universidade onde estudou e pela Universidade do Magistério, ambas controlariam a qualificação.

Com uma pequena estrutura basicamente administrativa, a Universidade do Magistério começaria de imediato, ajustada às necessidades de profissionais deste momento, aproveitando o imenso potencial já existente na universidade brasileira, ajustando-a às exigências atuais.

Uma proposta parecida foi oferecida pelo Ministério da Educação, em 2003, à Presidência da Repúbli-

ca, para formar professores e outros profissionais. Essa foi a sugestão dada também para a nova universidade orientada a estudantes vindos de países pobres. Os alunos seriam selecionados e distribuídos nas universidades já existentes, e com estruturas consolidadas.

A Universidade do Magistério teria a flexibilidade de aumentar ou reduzir o número de alunos de cada especialidade, conforme a demanda; aproveitar o potencial universitário de qualidade já disponível; evitar o custo de novas estruturas; permitir a dinâmica estrutural que o mundo moderno exige e, sobretudo, começar imediatamente, com a urgência de tratamento que as hemorragias exigem. ■

**senador peloPDT/DF.*

Artigo publicado em 14/02/2009 no jornal “O Globo”

A África do Sul, ainda nos dias do apartheid, já tinha mais professores universitários negros do que nós temos hoje. Enquanto cresce o número de universidades que aprovam autonomamente as cotas, a reação a esse movimento de dimensão nacional pela inclusão de ne-

gros e indígenas vai se tornando cada vez mais ideológica, exasperada e descolada da realidade concreta do ensino superior brasileiro.

Em um artigo recente ("O dom de iludir", "Tendências/Debates", 9/9), Demétrio Magnoli citou fragmento de um parágrafo de conferência

que proferi na Universidade Federal de Goiás em 2001. Mas ele suprimiu a frase seguinte às que citou - justamente o que daria sentido ao meu argumento, que, da forma como foi utilizado, pareceu absurdo.

Sua transcrição truncada fez desaparecer a crítica irônica que eu fazia

Cotas: uma nova consciência acadêmica

*Por José Jorge de Carvalho**

ao tipo de ação afirmativa de uma faculdade do Estado de Maine, nos EUA. O tema da conferência era acusar a carência, naquele ano de 2001, de políticas de inclusão no ensino superior brasileiro, fossem de corte liberal ou socialista.

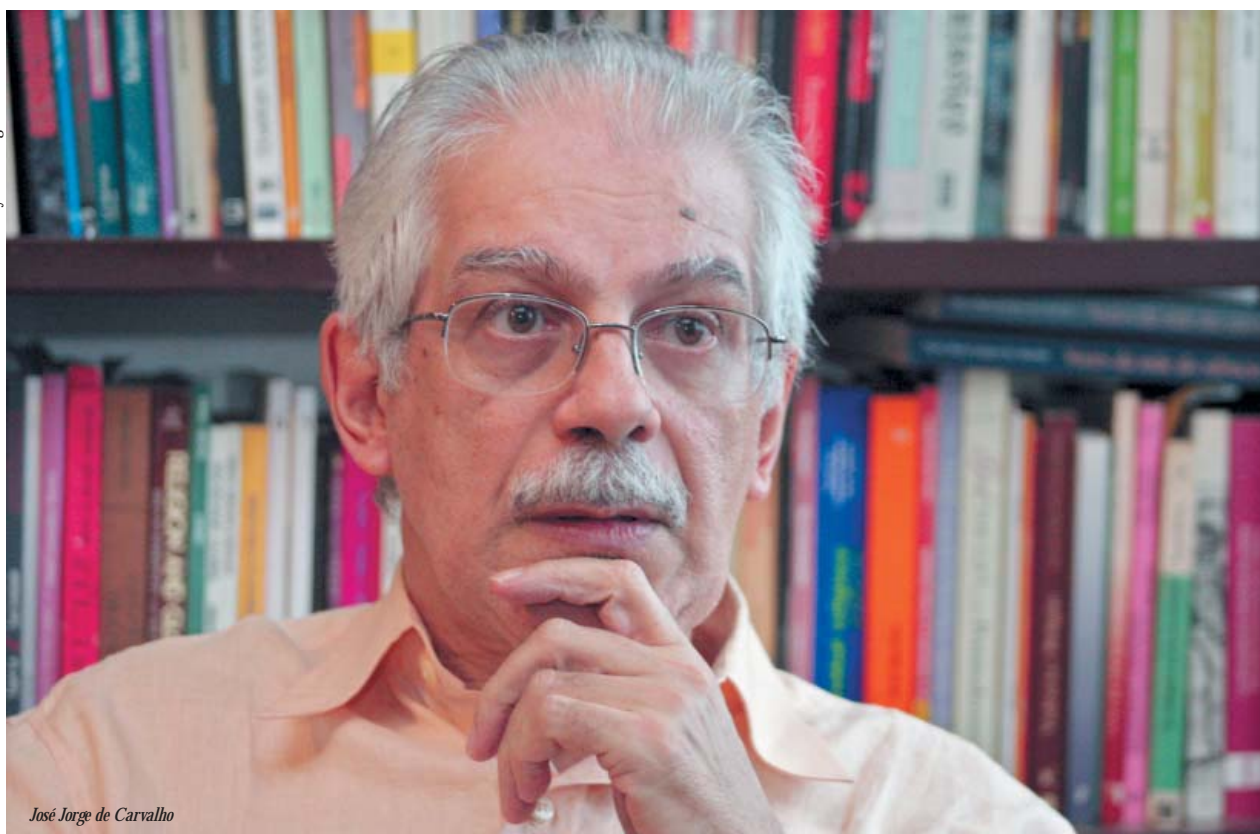
Magnoli ocultou dos leitores o que eu disse em seguida: "Quero contrastar isso com o que acontece no Brasil.

Como estamos nós? A Universidade de Brasília tem 1.400 professores e apenas 14 são negros". É 1% de professores negros na UnB.

E quantos são os docentes negros da USP? Dados recentes indicam que, de 5.434 docentes, os negros não passam de 40. Pelo censo de identificação que fiz em 2005, a porcentagem média de docentes negros no conjunto das seis mais

poderosas universidades públicas brasileiras (USP, Unicamp, UFRJ, UFRGS, UFMG, UnB) é 0,6%.

Essa porcentagem pode ser considerada insignificante do ponto de vista estatístico e não deverá mudar muito, pois é crônica e menor que a flutuação probabilística da composição racial dos que entram e saem no interior do contingente de 18 mil docentes dessas instituições.



José Jorge de Carvalho

Para contrastar, a África do Sul, ainda nos dias do apartheid, já tinha mais professores universitários negros do que nós temos hoje.

Se não interviermos nos mecanismos de ingresso, nossas universidades mais importantes poderão atravessar todo o século 21 praticando um apartheid racial na docência praticamente irreversível.

É esta a questão central das cotas no ensino superior: a desigualdade racial existente na graduação, na pós-graduação, na docência e na pesquisa.

Pensar na docência descortina um horizonte para a luta atual pelas cotas na graduação.

Enquanto lutamos para mudar essa realidade, um grupo de acadêmicos e jornalistas brancos, concentrado no eixo Rio-São Paulo, reage contra esse movimento apontando para cenários catastróficos, como se, por causa das cotas, as universidades brasileiras pudessem ser palco de genocídios como o do nazismo e o de Ruanda!

Como não podem negar a neces-

sidade de alguma política de inclusão racial, passam a repetir tediosamente aquilo que todos sabem e do que ninguém discorda: não existem raças no sentido biológico do termo.

E, contrariando inclusive todos os dados oficiais sobre a desigualdade racial produzidos pelo IBGE e pelo Ipea, começam a negar a própria existência de racismo no Brasil.

Fugindo do debate substantivo, os anticotas optam pela desinformação e pelo negacionismo: raça não existe, logo, não há negros no Brasil; se existem por causa das cotas, não há como identificá-los; logo, não pode haver cotas.

Raças não existem, mas os negros existem, sofrem racismo e a maioria deles está excluída do ensino superior. Felizmente, a consciência de que é preciso incluir, ainda que emergencialmente, só vem crescendo -por isso, a presente década pode ser descrita como a década das cotas no ensino superior no Brasil. Começando com três universidades em 2002,

em 2009 já são 94 universidades com ações afirmativas, em 68 das quais com recorte étnico-racial.

Vivemos um rico e criativo processo histórico, resultado de grande mobilização nacional de negros, indígenas e brancos, gerando juntos intensos debates, dentro e fora de universidades. Os modelos aprovados são inúmeros, cada um deles tentando refletir realidades regionais e dinâmicas específicas de cada universidade.

Essa nova consciência acadêmica refletiu positivamente no CNPq, que acaba de reservar 600 bolsas de iniciação científica para cotistas. Se o século 20 no Brasil foi o século da desigualdade racial, surge uma nova consciência de que o século 21 será o século da igualdade étnica e racial no ensino superior e na pesquisa. ■

**é professor da UnB (Universidade de Brasília) e coordenador do INCT - Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa do CNPq. É autor de "Inclusão Étnica e Racial no Brasil" (Attar Editorial). Artigo publicado na Agência UNB e no jornal Folha de S.Paulo, 17/09/2009.*

Por Orlando Silva Jr.*

limpíada e desenvolvimento

O Rio de Janeiro será a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. As três esferas de governo (municipal, estadual e federal) estão unidas ao Comitê Olímpico Brasileiro e ao setor privado nesta empreitada. Demos todas as garantias financeiras, institucionais e operacionais necessárias à realização do evento. E essas garantias se situam em um cenário de estabilidade econômica, política e democrática. Nossa economia adquiriu credibilidade internacional e saiu da crise ainda mais fortalecida.

Pela primeira vez, os Jogos serão realizados na América do Sul. A proposta brasileira desenvolve um amplo programa de legados que induzirá a uma grande transformação social, esportiva, urbana e econômica na cidade do Rio de Janeiro, com impactos positivos em todo o país.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que até o final de 2010 investirá R\$ 500 bilhões em infraestrutura por todo o Brasil, já prevê recursos para obras fundamentais ao projeto olímpico do Rio bem como para projetos das cidades que vão sediar jogos da Copa do Mundo da Fifa em 2014. É um estímulo aos setores produtivos e um benefício à população. Este investimento maciço possibilitará a realização de Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de alto nível. E, acima de tudo, são investimentos que vão ficar, para a cidade do Rio de Janeiro e para o país. Um evento como este movimenta toda a economia. O Brasil inteiro vai entrar no jogo.

É um jogo que vai nos trazer desenvolvimento, emprego e renda. Estudos da FIA – Fundação Instituto de Administração – demonstram que a cada dólar investido no proje-

to, a iniciativa privada injetará outros US\$ 3,26 nas cadeias produtivas associadas aos jogos. Isto vai gerar um impacto de R\$ 90 bilhões na economia brasileira. Os setores mais beneficiados serão a construção civil, serviços imobiliários e aluguel, prestação de serviços, petróleo e gás, serviço de informação e transporte.

Estes investimentos vão gerar mais de 120 mil empregos diretos e indiretos durante os jogos e cerca de 130 mil adicionais no período depois dos jogos. Mais da metade destes postos de trabalho, cerca de 66%, serão gerados fora do Rio de Janeiro, o que comprova mais uma vez que os Jogos ativarão a economia de todo o País.

Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016. Estamos prontos para realizar este sonho. ■

* ministro do Esporte



Orlando Silva Jr.

A força do bem

Da redação

“Cada um tem seu tempo de maturação e metamorfose. Quando entendemos o recado nos transformamos”. É assim que a atriz Isabel Fillardis resume todo o processo pelo qual passou após o nascimento de seu segundo filho, Jamal Anuar, que nasceu com a síndrome de West, uma doença rara, que desencadeia crises epiléticas afetando diretamente o desenvolvimento psicomotor. Aos dois anos de idade as crises de Jamal pararam. Hoje, aos seis, “ele está ótimo, se comunica e interage muito bem”, comemora a atriz.

Para compartilhar essa vitória com as famílias que vivem a mesma realidade, Isabel criou, em 2005, a ONG A Força do Bem. “Quando a gente conseguiu com que o Jamal tivesse uma qualidade de vida melhor e nos organizamos eu vi que tínhamos que dividir nossas experiências com a sociedade. Quando eu falei a minha história, as pessoas começa-

ram a me procurar para contar as suas e pedir ajuda”.

O projeto consiste em um cadastro feito através do site da organização (www.aforcadobem.org.br) que possibilita a identificação e classificação da doença, bem como orientação para o procedimento e tipo de atendimento a ser prestado. Por meio do cadastro também é possível a divulgação imediata sobre os benefícios de amparo legal já existentes aos cadastrados e a aproximação com as diversas entidades que oferecem atendimento, apoio e ajuda para estas enfermidades. Além disso, o cadastro auxilia órgãos do Estado e empresas privadas a identificar e inserir portadores de deficiência no mercado de trabalho.

“Com a doença do Jamal, vi que há muitos outros deficientes que não têm acesso não só aos tratamentos, mas também à informação. Nos primeiros dois anos nós sofre-

mos muito com a falta de informação. O trabalho da ONG também tem o objetivo de proporcionar a troca de informações”.

Para a atriz outro papel importante que A Força do Bem cumpre é fazer com que as famílias percebam a importância de não excluir as crianças portadoras de deficiência do convívio social.

“Existe um preconceito da própria família com relação a essas crianças. O que tem que prevalecer é o amor e não o preconceito. Um dos motivos pelo qual eu quis falar sobre a minha história foi esse. A gente deve olhar nossos filhos com os olhos do coração. É profundo e metafórico, mas é por aí que as coisas começam a funcionar”.

Além de A Força do Bem Isabel Fillardis também fundou, em 2001, a ONG Doe Seu Lixo, que tem como base a coleta seletiva de lixo. ■



Isabel Fillardis e família

○ Brasil que o mundo vê

Por Edison Lobão*

Contribuem em muito para a imagem do Brasil os resultados alcançados na produção de biocombustíveis. À frente do Ministério de Minas e Energia desde janeiro de 2008, tenho me dedicado desde então a atender às demandas internas, imensas e numerosas, na proporção do tamanho do Brasil, que a ele chegam a toda hora. Igualmente, tenho cumprido atividades no exterior, as quais só têm crescido em número e importância nesses 15 meses.

Há pouco regressei da Espanha, onde cumpri rica agenda de contatos com instituições e empresas vinculadas à produção de energia eólica, segmento que aquele país lidera mundialmente. É evidente o interesse espanhol em participar cada vez mais do esforço de implantação desse tipo de energia renovável no Brasil.

A Espanha é o segundo maior investidor estrangeiro em nosso país, tendo aqui aplicado o equivalente a 3% do seu PIB, ou mais de US\$ 35 bilhões. Pelo que pode perceber, o

“ Ao lidarmos com nossa dura realidade diária, frequentemente não percebemos que o país vem mudando para melhor e que isso tem reflexo, em escala 2 global, no modo como é visto por seus parceiros. ”

ânimo é o de aumentar essa participação, tanto na área energética, quanto nos setores hoteleiro, financeiro, de telefonia etc.

Em 18 e 19 de março deste ano, visitei Viena, como convidado do IV Seminário Internacional da Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Na mesma condição, fora a Jeddah, na Arábia Saudita, em junho de 2008; e a Londres, em dezembro do mesmo ano, quando de reuniões de ministros de Petróleo e Energia dos principais países produtores e consumidores daquele combustível fóssil.

Em Viena, após minha intervenção, o presidente da mesa, ministro de Energia do Qatar, defendeu publicamente o ingresso do Brasil na Opep, embora o país não seja ainda exportador.

Quero com isso ressaltar o aspecto extremamente positivo da imagem do Brasil no exterior, atualmente. Ao lidarmos com nossa dura realidade diária, frequentemente não percebemos que o país vem mudando para



melhor e que isso tem reflexo, em escala 2 global, no modo como é visto por seus parceiros. Sinto-me feliz de poder contribuir em prol do esforço pela inserção do Brasil de modo mais protagonista e justo no mundo.

Os convites para as reuniões em Jeddah e Londres levaram em conta a expressiva produção de petróleo que alcançamos, atualmente em torno de 2 milhões de barris/dia, e as perspectivas que se abrem para o Brasil com as recentes descobertas na área do pré-sal. Aos olhos do mundo, o Brasil desponta como importante produtor e consumidor.

Nossas posições são consideradas. Somos hoje um país que, não pertencendo ao grupo dos mais desenvolvidos, influencia, com suas decisões, expressiva parte do globo.

Na Espanha, reuni-me com o ministro da Indústria, Turismo e Comércio, Miguel Sebastián, quando repasamos temas de interesse da agenda bilateral na área energética. Meu interlocutor queixou-se da profundidade com que a atual crise financeira internacional vem atingindo seu país e disse torcer para que isso não aconteça com o Brasil, que chamou de “um dos esteios da economia mundial”.

Dele soube que, no passado mês de março, o consumo de energia na Espanha havia decrescido 10%, enquanto o do Brasil vem se mantendo relativamente estável. Não pude deixar de refletir sobre as possíveis consequências dessa crise e sobre os esforços do Brasil para não ser por ela tragado. Também comentei com o ministro espanhol a preocupação do Brasil com seus vizinhos quanto à energia. Na data de meu embarque havia firmado com meu homólogo argentino memorando de entendimento so-

bre intercâmbio elétrico, pelo qual o Brasil, a exemplo do que já fez no ano passado, abastecerá aquele país com até dois mil MW/dia de energia, entre maio e agosto, quando, devido ao inverno, a energia gerada no país vizinho é insuficiente para atender ao elevado consumo provocado pelas baixas temperaturas. Com o mesmo espírito de cooperação, estamos abastecen-

// Somos hoje um país que, não pertencendo ao grupo dos mais desenvolvidos, influencia, com suas decisões, expressiva parte do globo. //

do o Uruguai com 400 MW/dia de energia elétrica. Ou seja, não apenas o desenvolvimento do país, mas também sua atuação junto a outros países, tem contribuído para consolidar uma imagem respeitável do Brasil lá fora.

Há outros exemplos que poderia aqui mencionar para reforçar essa impressão. Um deles, a Conferência Internacional de Biocombustíveis, realizada entre 17 a 23 de novembro de 2008, em São Paulo, com a participação de mais de 80 delegações de países estrangeiros. Contribuem em muito para a imagem do Brasil os resulta-

dos alcançados na produção de biocombustíveis, a que o país dedicou-se a partir da primeira crise do petróleo, nos primórdios dos anos 70. O fato de produzirmos 25 bilhões de litros 3 anuais de etanol, de sermos o maior exportador do produto e de hoje utilizarmos mais álcool que gasolina em nossa frota de veículos ressalta a posição do Brasil no contexto internacional e, creio, incomoda também.

Não é fácil para o mundo mais desenvolvido aceitar que o Brasil domine uma tecnologia muito mais limpa que a do petróleo, e verificar que foi a partir do seu domínio que conseguimos alcançar a autossuficiência nesse campo. É difícil explicar que o crescimento da produção de etanol não se fez em detrimento do cultivo de alimentos, área na qual o Brasil também avançou significativamente nas últimas três décadas. Não é simples tentar convencer que o etanol pode ter uso complementar ao do petróleo, sem necessariamente concorrer com ele.

Hoje em dia, o Brasil desfruta de situação singular no mundo. É o segundo principal produtor de biocombustíveis e, graças às descobertas na área do pré-sal, entre outras conquistas, prepara-se para entrar no mercado exportador de petróleo. Sem dúvida alguma, essas circunstâncias constituirão forte catalisador de novos investimentos externos diretos no país. Nosso desafio é fazer com que tragam, também, melhores condições de vida para a população brasileira.

Em suma, nem sempre o quadro que pintamos de nosso país corresponde ao que dele se tem lá fora. Pelo que percebo, a imagem externa é francamente favorável. ■

**ministro de Minas e Energia.*

** Valor Econômico*

NEGROS EM FOCO

POR ELAS

Apresentação: Monica Santos
e Francisca Rodrigues



futura

Negros em Foco por Elas. Um programa feito por mulheres que pode ser assistido por todos. Inclusive pelas mulheres.

O programa Negros em Foco por Elas tem tudo o que interessa à comunidade afrodescendente. Com uma vantagem fundamental: o charme e a beleza da afrodescendente brasileira. Feito, dirigido e apresentado por elas, o programa está cada vez mais bonito. Você não pode perder. Veja abaixo os horários e os canais onde o programa é exibido. E bom divertimento.

TV Aberta (canal 9 da Net)

Sábado: 18h30

RBI (Canal 14 UHF)

Domingo: 21h30

Quarta-feira: 21h30

Rede Mundial (Via Satélite)

Sábado: 15h30

Domingo: 15h30

Quarta-feira: 21h30

* Negros em Foco por Elas é alternado semanalmente com o programa Negros em Foco.

Pré-sal e a previdência

Por Paulo Paim*

Há um assunto que atinge cerca de 35 milhões de pessoas e que necessita ser incluído com urgência nos debates sobre o pré-sal. Falo da previdência social pública.

Mesmo que o tema seja apaixonante, é importante abdicarmos das emoções e dos ufanismos que em certos períodos da República até foram necessários e faziam parte do contexto. É fundamental a nossa condição de homens públicos para fazermos um bom combate com imparcialidade e responsabilidade para que não sejamos cobrados pelas gerações futuras.

Desde a década de 1930, a Previdência foi alvo de manipulações de governos que utilizaram os seus recursos para investimentos em setores da economia.

O dinheiro dos trabalhadores foi aplicado na Companhia Vale do Rio Doce, Transamazônica, Ponte Rio Niterói, Itaipu, Companhia Siderúrgica Nacional, entre outros.

Já o custeio da construção de Brasília talvez tenha sido a maior injeção de recursos. Embora para o país a construção de sua capital tenha sido um avanço, até hoje há críticas relativas ao uso de recursos previdenciários nessa tarefa. Na realidade, havia uma forte ligação entre previdência e política econômica. Os recursos eram frequentemente solicitados para investimentos em setores de rentabilidade duvidosa, dentro de um leque que ia desde o clientelismo até a corrupção.

Não questionamos as obras construídas. Mas é importante destacar que um lado dessa “parceria para o bem do Brasil” foi penalizado e isso se deu através do achatamento dos benefícios previdenciários.

A história mostra com clareza que a Previdência Social sempre foi alvo de desmonte por parte de governos, à custa dos direitos, das conquistas e do suor de todos os trabalhadores.

O país atravessa um dos mais

belos períodos de desenvolvimento. Cabe a nós montarmos no “cavalo encilhado” que ora se avizinha e fazermos justiça destinando parte do orçamento previsto de US\$ 15 trilhões do pré-sal para a previdência social pública.

A proposta não é uma “bota salvadora” e tampouco está isolada, uma vez que “no passado existiu uma cota de previdência cobrada sobre a venda de derivados de petróleo para o custeio da Previdência Social e urbana”.

O pleito é viável, justo e peça-chave para uma melhor distribuição de renda. Chegou o momento de o Estado brasileiro retribuir o sacrifício dos trabalhadores, aposentados e pensionistas. Por isso, queremos que essa discussão não seja um porto de chegada. Mas um porto de saída e de esperança para os brasileiros. ■

**senador pelo PT do Rio Grande do Sul
jornal Zero Hora*



Paulo Paim

defesa indústria de e o pré-sal

*Por Antonio Carlos Porto Araujo **

A questão de soberania de uma nação está constantemente no centro de debates em todas as classes. Não se trata somente de um discurso ufano, mas reporta às implicações e consequências de investimentos ou não investimentos na chamada Indústria de Defesa.

Faz parte da natureza humana disputas, lutas e imposições de opiniões, sejam entre pessoas, empresas e governos. Aliás, vemos que em algum lugar no mundo sempre há algum grave conflito. Esses confrontos têm atuação entre fronteiras e também internamente, com todo um grau de dramaticidade possível.

Historicamente, o Brasil conta com as melhores indústrias de defesa no mundo: a Imbel, do Exército, e a Emgepron, da Marinha. Esses centros de excelência tecnológica possu-

em extraordinário poder de prontidão. Ao mesmo tempo desenvolve tecnologias avançadas de logística, um dos principais aspectos de sucesso na defesa de ataques hostis.

Para o setor industrial, a área militar representa impressionantes avanços tecnológicos, aplicados maciçamente no segmento civil, com ganhos de competitividade entre empresas e países. Para o Estado, a questão assume primordial importância, já que investimentos importantes em tecnologia na indústria bélica e treinamentos em operações militares podem dar uma clara mensagem de desestímulo a outros Estados no desejo de ataques ou ameaças.

Atualmente, o Brasil vive uma promessa de ressurgimento da capacidade de geração da sua indústria de defesa. Entre os vários argumentos

possíveis para essa mobilização estão aspectos geopolíticos, como a mobilização da Venezuela em compras intensivas de artefatos bélicos e, ainda, as recentes manobras militares dos Estados Unidos no novo acordo com a Colômbia.

Ao mesmo tempo, há razões econômicas e empresariais muito importantes para esse reaparelhamento. Não é coincidência o fato de que o Brasil retoma em passos largos a intenção forte de aquisição de equipamentos militares em uma bilionária concorrência internacional. Vemos que, prioritariamente, o país iniciará a construção de submarinos — um com propulsão nuclear — e, ainda, anunciadas compras de helicópteros e jatos de guerra.

Prever que além de possibilitar um melhor monitoramento nas fron-



Antonio Carlos Porto Araújo

teiras com nossos vizinhos, permitirá autonomia de defesa e ataque no extenso mar territorial brasileiro, importante mecanismo de proteção às novas jazidas de petróleo e gás na chamada área do pré-sal.

Significa dizer que nossa extensão territorial continental exige posicionamento firme e com capacidade de desestimular ingerências e ameaças ao nosso território, e também a nossa infraestrutura produtiva de vital importância, como a exploração e produção de energia, nesse caso representada pelo potencial do petróleo e gás.

Não se trata de manter postura de manobras ofensivas, mas ao contrário, ostensiva. Evidentemente que isso repercutirá em diversos discursos contrários de outras nações, mas que não deverão abalar as relações diplomáticas. Ao mesmo tempo, supõe que servirão para justificar internamente que outros países saiam às compras.

Para que não haja possibilidade de temer eventuais ataques é que o Brasil apresenta seu Plano Estratégico de Defesa, Decreto nº 6703/08, que em um dos seus três eixos

principais fortalece a re-estruturação da indústria brasileira de material de defesa. Vive-se em um mundo em que a intimidação tripudia sobre a boa fé. A adequada formação da mobilização nacional é um dos fatores impeditivos de qualquer intimidação. O Brasil é uma Nação pacífica, que tem obrigações de manutenção da ordem e da soberania, instrumentos estruturantes do seu desenvolvimento. ■

**consultor de sustentabilidade e de energia renovável da Trevisan*

“O pré-sal é uma dádiva de Deus”. A declaração foi feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, referindo-se a área do litoral brasileiro onde foram achadas grandes reservas de petróleo. Mas essa dádiva, segundo ele, pode se transformar “em uma verdadeira maldição”, se o Brasil não tomar “a decisão acertada” sobre como usar o petróleo. A afirmação foi feita durante o lançamento do marco

regulatório para a exploração do pré-sal, em agosto deste ano.

De fato, a discussão em torno do que fazer com os recursos que virão a partir dessa exploração tomou conta da mídia, do Congresso, de toda a cadeia produtiva do País e de setores organizados da sociedade civil.

Nas estimativas mais otimistas a camada pré-sal, com seus 800 quilômetros de extensão, pode guardar o equivalente a 100 bilhões de barris, o

que tornaria o Brasil dono da sexta maior reserva de petróleo do mundo.

Para além das discussões sobre a destinação dos recursos uma coisa é certa: a exploração da camada do pré-sal vai gerar milhares de empregos para o País nos próximos anos e abrirá mercado para profissionais de diversas áreas, de todos os níveis de escolaridade: soldados, engenheiros, geólogos, químicos, especialistas em logística, saú-

novo petróleo gera E mpregos

Da redação

de e ambiente, só para falar das áreas diretamente envolvidas.

Só os investimentos aprovados pela Petrobrás até 2013, dos quais o pré-sal é um dos carros-chefes, vão exigir a qualificação de 207 mil pessoas em 185 categorias diferentes.

Em todo o Brasil, a estimativa da Federação Única dos Petroleiros (FUP) é que seja criado um milhão de empregos no setor de produção, exploração e refino de petróleo nos próximos dez anos.

Para atender à demanda por pessoal qualificado, o governo federal criou o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás (Prominp). Nos últimos três anos, 43 mil pessoas foram treinadas pelo programa. A maioria delas é de nível técnico e básico, mas quem vai comandar o processo de exploração do pré-sal são os profissionais de nível superior, dos quais depende a geração de conhecimento e tecnologia.

Cabe ao Centro de Pesquisas (Cenpes) da Petrobrás, que fica no campus da UFRJ, na Ilha do Fundão, no Rio, a missão de desenvolver soluções tecnológicas. Os profissionais buscados pelo centro devem ter perfil inovador e vocação para pesquisa. Segundo os especialistas, as áreas de Geologia, Geofísica e Engenharia serão de extrema importância para o sucesso dos projetos do pré-sal, pois as carreiras ligadas à Engenharia são fundamentais para toda a cadeia pro-

ductiva do petróleo. No entanto, haverá demanda para outras áreas.

Outras áreas

Para Márcio Juliano, mestre em Análise do Comportamento e coordenador do curso de Administração da Faculdade Zumbi dos Palmares, com o incremento da economia a terceirização vai ganhar força e a gestão de contratos abrirá mais ainda o campo de trabalho para os profissio-

nais que têm formação em Administração. De acordo com Juliano, as ferramentas de outsourcing serão cada vez mais utilizados. “Cada empresa aberta, seja ela na área de serviços ou na indústria, vai precisar de um sistema de gestão e de pessoas para participarem dela enquanto organização”, analisa. Juliano cita como exemplo, além dos administradores, os advogados, profissionais que formulam e analisam os contratos comerciais.

O que é o pré-sal

A chamada camada pré-sal é uma faixa que se estende ao longo de 800 quilômetros entre os Estados do Espírito Santo e Santa Catarina, abaixo do leito do mar, e engloba três bacias sedimentares (Espírito Santo, Campos e Santos). O petróleo encontrado nesta área está a profundidades que superam os 7 mil metros, abaixo de uma extensa camada de sal que, segundo

Foto: Divulgação Petrobrás/ABr



geólogos, conservam a qualidade do petróleo.

Vários campos e poços de petróleo já foram descobertos no pré-sal, entre eles o de Tupi, o principal. Há também os nomeados Guará, Bem-Te-Vi, Carioca, Júpiter e Iara, entre outros.

Um comunicado, em novembro

do ano passado, de que Tupi tem reservas gigantes, fez com que os olhos do mundo se voltassem para o Brasil e ampliassem o debate acerca da camada pré-sal.

Tupi tem uma reserva estimada pela Petrobrás entre 5 bilhões e 8 bilhões de barris de petróleo, sendo considerado uma das maio-

res descobertas do mundo dos últimos sete anos. Estimativas apontam que a camada, no total, pode abrigar algo próximo de 100 bilhões de boe (barris de óleo equivalente) em reservas, o que colocaria o Brasil entre os dez maiores produtores do mundo. ■

apostar na diversidade é garantia de sucesso

Por Carla Nascimento, da redação



Levar uma boneca para brincar na escola. Um desejo ingênuo e comum entre as meninas foi a origem de um negócio de sucesso: a loja Preta Pretinha Bonecas.

Tudo começou quando a empresária paulistana Joyce Venâncio era criança e pediu para a avó materna lhe fazer uma boneca negra. “Eu queria levar a extensão da minha família para a escola. Queria levar uma boneca negra para brincar com as minhas colegas. Como essas bonecas não existiam para vender, minha avó resolveu a questão fazendo bonecas de pano para mim e minhas irmãs. Mas ela sempre teve cuidado para não fazer as bonecas com traços estereotipados”, relembra.

O amor pelas bonecas e a arte de costurá-las foi uma das heranças que a avó deixou para ela e as irmãs. A “herança” também motivou o cultivo de um sonho: montar uma loja de bonecas.

Já adulta e após vários empregos – o último em uma produtora de vídeo – Joyce resolveu que era hora de transformar o sonho em realidade. Após conversas com as irmãs e de traduzir anotações aleatórias em um plano de negócios, ela e as irmãs arregaçaram as mangas e foram à luta com idéias inovadoras. O nome da loja





// Não vendo apenas bonecas, vendo um conceito. Uma boneca é uma extensão da família. É carinho, é afeto. Você aprende muito com elas. //

foi escolhido pelo público e o retorno de mídia, esperado para após 2 anos de funcionamento, aconteceu em seis meses.

Antes de inaugurar a loja ela foi a campo em busca de informações sobre o universo infantil em bairros de classe média alta e na periferia de São Paulo. Hoje, nove anos após a inauguração, a Preta Pretinha Bonecas ocupa um endereço no eclético bairro da Vila Madalena, na zona oeste de São Paulo, e é visitada por crianças, adultos, pesquisadores de diversas áreas e educadores.

Nas prateleiras as opções são variadas: bonecas obesas, anoréxicas, deficientes, idosos, orientais, ruivas e...negras. Joyce explica que o suces-



Empresária Joyce Venâncio durante palestra na Faculdade Zumbi dos Palmares

so da loja se deve justamente a essa aposta na diversidade. “Por meio das bonecas você faz uma construção de identidade. A criança tem que se ver no produto. Ela precisa de referência”, diz.

Atualmente Joyce divide seu tempo entre as atividades como diretora comercial da loja e as palestras para as quais é convidada a proferir em universidades, associações e empresas. “Não vendo apenas bonecas, vendo um conceito. Uma boneca é uma extensão da família. É carinho, é afeto. Você aprende muito com elas”, ensina. ■

Bonecas vendidas na loja Preta Pretinha Bonecas. Saiba mais: www.pretapretinha.com.br



Barbie, aos 50 e negra

Da redação

Barbie, a boneca mais famosa do mundo, completa 50 anos e finalmente ganha uma versão com traços negros. Até agora, as bonecas negras comercializadas pela Mattel eram apenas uma cópia pintada da boneca loira criada em 1959 por Ruth Handler.

Segundo uma pesquisa realizada com meninas de 3 a 10 anos, 100% das americanas, 98% das italianas e 93% das francesas possuem uma boneca em casa. Quanto às brasileiras, não há dados específicos sobre venda, mas segundo a Mattel, o Brasil possui o maior mercado de Barbies colecionáveis do mundo.

Cabelos loiros, alta e corpo extremamente magro, Barbie mudou o jeito de brincar. Se antes as meninas faziam de conta que eram mães das bonecas, com Barbie elas querem ser a própria boneca, apontam os especialistas no assunto. Sendo assim, não é de se estranhar que um brinquedo com tal poder tenha também se tornado alvo de críticas. Ela é acusada de provocar

vaidade excessiva nas meninas, incentivar padrões anoréxicos, de erotização precoce e de racismo, por exaltar, na maioria de suas versões, o padrão ariano. A chegada ao mercado de uma Barbie com lábios mais cheios, nariz mais grosso e bochechas mais pronunciadas vem a responder às demandas de um público cada vez mais diverso e exigente, que cobra mudanças de padrões e modelos.

Criadas pela designer negra Stacey McBride-Irby, Grace, Kara e Trichelle cada uma têm um estilo diferente e inspiram suas irmãs menores: Courtney, Janessa e Kianna. As bonecas farão parte da linha So In Style e terão como motivação temas de formação acadêmica e carreira.

Segundo Ana Furtado, gerente da marca Barbie no Brasil,

a linha chegará ao país em maio de 2010 e serão importadas inicialmente 20 mil unidades das bonecas com preço sugerido de R\$49,99 a R\$ 79,99, dependendo do modelo. Nos EUA as bonecas chegam às lojas em dezembro deste ano.

“Esperamos que o público brasileiro receba a novidade de uma forma muito positiva. As bonecas So In Style não chegam apenas como mais uma opção de brincadeira das meninas, mas também traz um conceito de valorização da cultura negra, ligada aos mundos artístico e intelectual”.

Em declaração ao jornal britânico “Daily Mail”, Stacey McBride, mãe de duas meninas disse: “Eu quero que elas se vejam nas bonecas e que saibam que ser negra é bonito.” ■



Escravidão Nunca Mais! Luiz Gama - o paladino da abolição

A história da escravidão no Brasil, o abolicionismo, a trajetória de Luiz Gama (1830 - 1882) e as atuais propostas de ações afirmativas. Esses são os temas abordados no livro “Escravidão Nunca Mais! Luiz Gama - o paladino da abolição”, que chega ao mercado com o selo da editora Lettera.DOC. A obra tem o objetivo de analisar o processo escravagista brasileiro, procurando extrair elementos históricos e sociais que apontem as razões, raízes e efeitos posteriores à escravidão em nosso País e fazer uma reflexão e discussão sobre as políticas de ações afirmativas para a inclusão social de negros e indígenas.

O eixo da narrativa é a vida do abolicionista Luiz Gama. Patrono da cadeira nº 15 da Academia Paulista de Letras, poeta, advogado, jornalista e um dos mais combativos abolicionistas de nossa história. Gama era filho da africana livre Luiza Mahin, uma das principais figuras da Revolta dos Malês (levante que aconteceu em Salvador (BA), em 1835), com um fidalgo branco de origem portuguesa.

Com apenas 10 anos Luiz Gama foi vendido como escravo pelo próprio pai, sendo levado para São Paulo, onde se tornou um símbolo nacional de resistência, de liderança, de luta política, intelectual, jornalística e jurídica e um grande tribuno do júri na defesa gratuita dos escravos.

Na obra o autor relata ainda a importância do projeto de lei que considera a grande revolução social e econômica para a efetiva inclusão dos afro-descendentes na vida nacional de um modo geral e não somente no campo educacional: O Estatuto da Igualdade Racial. O prefácio é assinado pelo senador Paulo Paim, autor do projeto do estatuto. Nelson Câmara é formado pela Universidade Mackenzie onde cursou Direito e Macroeconomia. Pós-graduado pela Universidade de São Paulo, é professor de Direito do Trabalho e Previdência Social e é Juiz do Tribunal do Trabalho de São Paulo. ■

Foto: Divulgação



Serviço

Título: Escravidão Nunca Mais! Luiz Gama - o paladino da abolição

Autor: Nelson Câmara

Editora: Lettera.Doc

516 páginas

Preço: R\$ 39,90

Sidney Santiago: arte e consciência

Por Rejane Romano, da redação

Como descrever um jovem que com apenas 25 anos carrega uma bagagem considerável de informação e conhecimento? Este é Sidney Santiago, ator paulistano que com dez anos de carreira não se deixa impressionar pela fama. Muito pelo contrário, ele se incomoda com o assédio da imprensa e não gosta nem um pouco, como ele mesmo relata, da “futilidade” do mundo das celebridades.

Em uma conversa de aproximadamente uma hora, Sidney fala com propriedade sobre os mais diversos temas, sempre pontuando suas impressões de uma análise política. Apesar da desenvoltura de seu discurso politicamente engajado, traçar um perfil de Sidney recheado de detalhes sobre sua vida pessoal é praticamente impossível. O ator apresenta uma postura tímida ao falar de si mesmo. Procura constantemente retirar-se do foco da conversa.

Premiado como melhor ator no Festival Internacional do Rio de 2007 -tendo dividido o prêmio com o ator Selton Melo- e melhor ator no Festival Internacional de Recife no mesmo ano com o filme “Os 12 trabalhos”, de Ricardo Elias, Sidney coleciona diversos trabalhos no cinema. Com “O signo da cidade”, de Luis Alberto Riccelli e roteiro de Bruna

Lombardi, recebeu indicações de melhor ator no Festival de Goiânia. No currículo estão ainda filmes como “Os Inquilinos”, de Sérgio Biachi, “Reflexões de um liquidificador”, de André Klotzel, e “Graffiti”, curta da cineasta Lilian Solá Santiago. Na TV fez, além de “Caminho das Índias”, a as minisséries “Queridos Amigos”, de Maria Adelaide Amaral, e “Carandiru - Outras Histórias”, na Globo, e o seriado “Turma do Gueto”, na Record.

Apesar de toda essa bagagem o ator fica encabulado ao falar de si mesmo, mas vai ao extremo da empolgação quando o assunto é ética, princípios, valores, ideais e a situação da população negra na sociedade brasileira.

Só quem percebe o brilho nos olhos do ator ao falar desses temas consegue compreender porque, mesmo após o sucesso alcançado em seu mais recente trabalho, a novela global “Caminho das Índias”, onde interpretou lindamente o esquizofrênico Ademir, o ator decidiu dar um tempo da televisão e dedicar-se ao cinema e ao teatro, onde está em cartaz com a peça “Ensaio sobre Carolina”, com a Cia. Teatral Os Crespos.

Para ele, através do teatro e do cinema a mensagem que tem por convicção transmitir é recebida de

forma mais eficaz pelo público que deseja atingir. Que mensagem seria esta? Militante do movimento negro, Sidney anseia, através do seu trabalho e da sua arte, articular um pensamento que impulse a transformação da sociedade.

Ao analisar a trajetória do ator negro na TV, no teatro e no cinema no Brasil, Sidney mantém a coerência de seu discurso e com um apurado senso crítico visualiza mudanças na sociedade, mas acredita que ainda estamos num período de transição e que só teremos dimensão se este saldo será positivo ou não futuramente.

“Temos que ficar atentos à imposição de modelos. Não há apenas um modelo negro a ser seguido. Não pode existir apenas um padrão. A sociedade ainda é preconceituosa e as emissoras de televisão refletem o inconsciente coletivo”, analisa.

Indicado ao Troféu Raça Negra 2009 na categoria Ator do Ano, ele fica novamente sem jeito ao falar do reconhecimento de seu trabalho, mas deixa transparecer um sorriso de satisfação e declara que se sente feliz. “É a primeira vez que sou indicado a um prêmio negro, onde sinto que estou representando o meu povo”, afirmou. ■



Sidney Santiago em cena do filme "Grafitti"

De acordo com o consagrado dito popular, “Se conselho fosse bom ninguém dava. Vendia”. Não deixa de ser verdade. E isso fica evidente quando analisamos as listas dos livros mais vendidos. Nada menos que sete entre 10 de melhor desempenho comercial são classificados como de auto-ajuda. A força desses autores é tamanha que a revista *Veja* criou até mesmo uma categoria à parte, batizada de Auto-ajuda e Esoterismo, para agrupá-los. Longe do mundo do vil metal, também se pode notar que o conselho, bom ou mau, também se tornou uma espécie de desculpa perfeita para coroar acertos e, principalmente, justificar fracassos. Afinal, quem nunca ouviu um interlocutor dizer que fulano de tal cometeu tal ato tresloucado por culpa das “más companhias” ou porque foi dar atenção a “pessoas que não prestam”. Mas o bom conselho, reunido em obras de auto-ajuda ou coletada diretamente em nossas experiências no dia-a-dia, pode conter

uma força transformadora. Em recente reportagem, a revista *Época* reuniu um time heterogêneo de personalidades dispostas a dividir com o leitor as palavras que as ajudaram a moldar seu modo de encarar a vida. No mundo dos negócios, da política, das artes e também na arena esportiva. A lista, como não poderia deixar de ser, inclui alguns dos inúmeros presidenciáveis.

Confesso que entre os 21 conselhos, todos úteis, aliás, o que mais despertou minha atenção foi o recebido pela senadora Marina Silva (PV-AC). Menina pobre criada na zona rural de Mecejana (CE), ela aprendeu a importância da educação e da cultura graças à pregação da avó Júlia. Apesar de analfabeta, dona Júlia sempre tentou mostrar, às vezes de forma lúdica, a importância dos livros. Como a pequena Marina cismou que seria freira quando crescesse dona Júlia vivia-lhe alertando da necessidade de aprender a ler e escrever. Isso só começou a virar

realidade quando Marina completou 16 anos. Doente, ela foi internada em um convento e lá tratou da doença do corpo e também da chaga do analfabetismo. A senadora encerra seu depoimento à *Época* com uma doce provocação: “A alfabetização é um processo contínuo; é dar outra significação à vida”.

Concordo em gênero, número e grau. Em plena era da Tecnologia da Informação ainda nos deparamos com uma quantidade impressionantemente grande de analfabetos, analfabetos funcionais e pessoas que simplesmente estão perdendo a habilidade de colocar no papel suas idéias. Se for verdade que a educação liberta também é correto dizer que uma educação de qualidade nos faz, não apenas seguir em frente, mas encurta nosso caminho em direção à realização profissional e até pessoal. E é exatamente aí que reside o grande desafio brasileiro. Nos últimos 12 anos, conseguimos universalizar o

*Por Rosenildo Gomes Ferreira**

bom conselho

ensino fundamental. Colocamos mais jovens nas universidades. Também incrementamos o ensino médio com carreiras técnicas prestigiadas. Mas basta uma rápida análise nas estatísticas de empregabilidade e nos testes de qualidade de ensino para ver que, em boa medida, estamos diante de uma geração de analfabetos funcionais ou de profissionais desconectados da realidade de mercado.

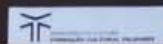
Há cerca de três anos foi lançada uma cruzada pela qualidade na educação. O evento, festivo como não poderia deixar de sê-lo, hoje, em boa medida, se resume a uma foto na parede. O movimento Todos pela Educação caminha a passos largos para se converter em mais uma idéia simpática, capaz de mobilizar as pessoas, mas incapaz de se traduzir em uma política efetiva. Continuamos, o governo e a sociedade, concentrados nos desafios de curto prazo, no daqui a pouco. Sem nos preocuparmos em preparar o país e as pessoas que nele vivem para um salto rumo ao futuro. A chaga do analfabetismo, que impedia a pequena e sonhadora menina Marina Silva de voar alto, segue ceifando futuros no agreste, na rica periferia de São Paulo, nos morros cariocas e nos pampas gaúchos. Em 2010 teremos mais uma rodada eleitoral. Será a hora de renovar o Congresso Nacional, escolher governadores e até o novo Presidente da República. Que tal apostar-mos em brasileiros e brasileiras éticos, honestos e verdadeiramente comprometidos com a causa da libertação do povo, por meio da educação? Esse conselho/sugestão com tom interrogativo é grátis. ■

**repórter da revista Isto É Dinheiro e membro do Conselho Curador da Faculdade Zumbi dos Palmares (rosenildo.ferreira@gmail.com)*



Rosenildo Gomes Ferreira

SERRA DA P



BEM-VINDOS / O

Palm rota turis

*Entrada do Parque Memorial
Quilombo dos Palmares*

BARRIGA
KU ABO



IPHAN



ares: de mo

Por Eliane Almeida, da redação



Praça Central de União dos Palmares

O grito da liberdade ecoou. Da terra a esperança se fez. No colo da mata, a segurança e a felicidade de ser parte dela. Era com essa perspectiva que nascia, em 1597, a primeira república negra da América Latina: o quilombo de Palmares.

Maior referência à resistência à escravidão negra no Brasil, Palmares foi e ainda é

símbolo de luta e liberdade. Hoje, o local onde nasceu a República de Palmares faz parte de um projeto de turismo nacional que resguarda seu valor histórico.

Palmares durou até 1695 e chegou a ter uma população de cerca de 20 mil pessoas. Situado em uma vasta área da Capitania de Pernambuco, principalmente na comarca de Alagoas, o quilombo ficava em uma região serrana coberta por florestas e de difícil acesso.

Hoje a Serra da Barriga recebe turistas que buscam conhecer um pouco mais da história do quilombo dos Palmares. No local foram construídos dois mirantes de onde se pode admirar toda a beleza do local e um posto de observação. Na serra também são realizadas come-

morações, principalmente no Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, para relembrar a luta de Zumbi dos Palmares.

Desde sua criação, a preservação do sítio faz parte das atribuições institucionais da Fundação Cultural Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cultura.

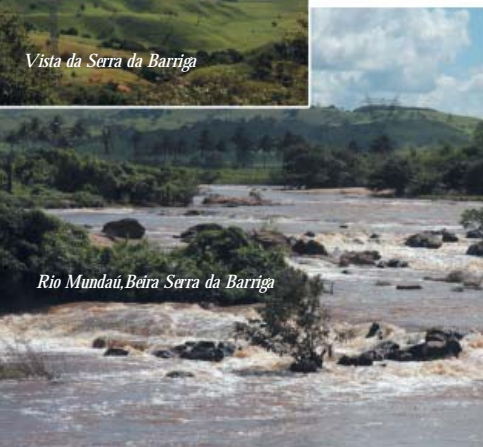
O quilombo

Localizada na Zona da Mata alagoana, na atual cidade de União dos Palmares, a 92 km de Maceió, às margens do rio Mundaú, a Serra da Barriga fica 500 metros acima do nível do mar, no Planalto da Borborema.

Em agosto de 1980, militantes do movimento negro local e nacional subiram à serra pela primeira vez. Tal



Vista da Serra da Barriga



Rio Mundaú, Beira Serra da Barriga

iniciativa levou à criação do Memorial Zumbi, que tem como objetivo primordial recuperar a história do Quilombo dos Palmares e transformá-la em marco de luta no seio da comunidade negra brasileira.

Em novembro de 1985, a Serra da Barriga foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) e caracterizada como Conjunto Histórico Paisagístico.

Parque Memorial Quilombo dos Palmares

Inspirado nas referências históricas conhecidas, o parque homenageia a história palmarina a partir das interpretações feitas por estudiosos e as expressões culturais afro-brasileira e indígena presentes na população local.

A riqueza do patrimônio imaterial afro-brasileiro tem sido preservada através da tradição oral e das práti-

cas religiosas, culturais e artesanais, encontradas nas casas religiosas de matriz africana e nas comunidades remanescentes de quilombo.

O parque apresenta, em sua estrutura, construções inspiradas na arquitetura de matriz africana e indígena que representam fielmente as da época do quilombo.

Roteiro turístico

A Serra da Barriga tem lugar de destaque no projeto Rotas Culturais de Turismo, uma iniciativa do Sebrae, Ministério do Turismo, Instituto Marca Brasil e Secretaria de Estado de Turismo de Alagoas, Pernambuco e Paraíba. O roteiro, chamado de “Civilização do Açúcar”, agrupa e transforma em atrativos turísticos a influência social, política e econômica da sociedade de senhores de escravos.

Em novembro, mês em que se comemora o dia da Consciência Negra e aniversário de morte do líder

Zumbi dos Palmares, o município de União dos Palmares recebe uma média de cem mil visitantes.

Durante todo o mês de novembro há programação especial de eventos e shows além da “Caminhada pelas Diferenças”, oficinas, palestras, atrações culturais e manifestações religiosas. O Parque memorial Quilombo dos Palmares está aberto para visitação todos os dias das 8h às 17h. ■

Fontes: www.quilombodospalmares.or.br
www.turismo.al.gov.br
www.agenciasebrae.com.br
 Fotos: Maira Villela



Artesanato Muquên



Casa do Poeta Jorge de Lima



Casa de Farinha



Casa Museu Maria Maria



Ocas no Parque Memorial

Stilo em novas versões

Da redação



Para completar ainda mais a gama do Stilo e torná-lo ainda mais competitivo no mercado, a Fiat acaba de lançar duas novas versões para o modelo: Fiat Stilo Attractive 1.8 Flex e Fiat Stilo Attractive 1.8 Flex Dualogic.

Como já faz parte do DNA do modelo, essas novas versões trazem um excelente nível de conteúdos de série que dão prazer ao dirigir um Fiat Stilo. Entre eles, os consumidores encontram equipamentos que

o valorizam muito (conforme mostrado em pesquisas) — como direção elétrica Dual Drive, My Car Fiat que personaliza algumas funções do carro, ar condicionado, vidros dianteiros, travas e retrovisores elétricos, volante com regulagem em altura e profundidade, banco do motorista com regulagem em altura, computador de bordo e faróis de neblina. A versão Attractive 1.8 Flex Dualogic chega ainda com o câmbio Dualogic automático, que atualmente representa 60% das vendas do modelo. Além disso, oferece, como opcional, os comandos tipo borboleta no volante para a troca de marchas, item

que agrega ainda mais tecnologia e esportividade ao modelo.

Com tudo isso, o grande atrativo das novas versões de entrada do modelo está no conjunto da completa lista de equipamentos de série somada ao preço atraente e competitivo, o que resulta em economia para o bolso do consumidor. O Fiat Stilo Attractive 1.8 Flex sai por apenas R\$ 46.290 e o Fiat Stilo Attractive 1.8 Flex Dualogic por R\$ 48.770.

Mas as vantagens não param por aí. A lista de opcionais do Stilo Attractive traz equipamentos que valorizam ainda mais o conforto e a segurança, como o reconhecido HSD (High Safety Drive) composto por air bag duplo + ABS, vidros elétricos traseiros, piloto automático e volante em couro com comandos do rádio e câmbio - estes dois últimos somente para a versão Dualogic. ■



Lauro Monteiro: brasilidade em sons, cores e sabores

Por Luana Antunes Costa*

Na Estrada Paraty-Cunha, berço da memória do antigo Caminho do Ouro, lá no meio da Serra da Bocaina, o artista plástico Lauro Monteiro recria um Brasil mestiço. Baianas de curvas sedutoras, quitutes de dar água na boca, pimentas, canelas, uma Gabriela de Jorge Amado ou uma outra, Janaína, Iracema, Aurélia, Maria... A brasilidade expressa-se na obra de Monteiro, inspirado por essa nossa terra tupiniquim: à africana, à portuguesa, à indígena. Foi com esse cenário como pano de fundo que ele nos falou sobre sua arte, sua história e suas inspirações.

Filho de uma família de comerciantes (o pai era português e a mãe era filha de imigrantes sirios-libaneses), Monteiro nasceu em Araraquara, em 1956 e foi criado naquele que era, em suas palavras, um importante “point dos anos dourados”: o restaurante Monteiro, que pertencia a sua família. O lugar reunia intelectuais, admiradores de boa gastronomia e boa música. Ignácio de Loyola Brandão, Zé Celso Martinez Corrêa, Jean Paul Sartre e Simone de Beauvoir



Cozinheiras

foram algumas das grandes personalidades que passaram por lá. Cedo a pintura e o desenho se fizeram presentes em sua vida.

Artista plástico, designer, diretor de teatro e produtor cultural, já fez inúmeras exposições coletivas e individuais no Brasil e no exterior.

Com um trabalho ora figurativo, ora abstrato, mas sempre contempo-

râneo, sua obra é, invariavelmente, fruto de muito estudo e pesquisa, e em vários momentos esbarra na arte popular e nas “coisas” do Brasil. “Folclore, culinária, musicalidade, enfim... Tudo no Brasil me interessa, seja social, político.... Isso tudo eu traduzo em cores e formas em meus trabalhos”, conta.

Em 2006 o artista transferiu seu

Fotos: Divulgação



Dona Conceição

estúdio, aberto 10 anos antes, para Paraty (RJ), realizando então um sonho que acalentava há 11 anos, quando conheceu a cidade. A mudança tem uma explicação que envolve a África e sua arte. “O que nos separa é exatamente essa muralha que é formada pela Serra do Mar – que se desprendeu em um momento histórico qualquer, separando os continentes. Cordão umbilical. O ponto de separação (ou de união, seja geográfico ou fisiológico) é Paraty. Que reúne os mais importantes aspectos culturais (afros, folclóricos, indígenas, caiçaras etc.)”.

O artista diz que as formas que o fazem criar são a figura feminina, em suas linhas arredondadas, e as formas dos peixes, frutos do mar, as frutas e flores brasileiras. A recorrência das imagens femininas e da culinária afro-brasileira é uma das linhas de força de suas obras. Sobre isso ele diz: “As formas femininas sempre me interessaram para um traço preciso e impecá-



Moça com copos-de-leite

vel... A figura da mãe ou da mãe terra, provedora de tudo, é uma representação que, pra mim, é muito intensa”.

Inspirado pelos “temperos” vindos da África e outros “sabores”, Monteiro pesquisou receitas de família e na literatura específica. Nesse universo ele encontrou uma série de textos, que traduziu em formas, expressões do cotidiano e cores, desenvolvendo assim a série “Temperos do Brasil”.

A cozinha brasileira e, sobretudo, a culinária da Bahia – um dos seus focos – uma das mais conhecidas e típicas, receberam muitas influências de pratos de origem africana, diferenciados pelo tempero mais forte à base de azeite de dendê, leite de

coco, gengibre e pimenta de várias qualidades.

Há ainda temperos e comidas utilizadas nas oferendas – as comidas de santo – que são feitas nos terreiros de candomblé para serem oferecidas aos orixás. Outras são impregnadas de afrodisíacos, seja nas cores seja nos fortes sabores. E a arte de Lauro Monteiro, vai se fazendo assim, com pitadas generosas de sons, cores e sabores do Brasil. ■

** é tradutora e mestre em Literatura Portuguesa e Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é editora da Campanha Fotográfica África em Nós – Assessoria de Cultura para Gêneros e Etnias da Secretária de Estado da Cultura de São Paulo.*

viver a vida comemorando a diversidade

Por Joel Zito Araújo*

Vivemos um momento de comemoração. Temos a sensação que a telenovela acabou oferecendo para o público a primeira Xuxa negra da TV brasileira. O peso simbólico de uma mulher negra como protagonista da “novela das oito”, interpretando um modelo de beleza, rica, famosa, admirada internacionalmente, além de ser uma mulher segura e inteligente, é fator de auto-estima para milhões de crianças, jovens e adultas brasileiras, latino-americanas e africanas, considerando a penetração internacional das novelas brasileiras. É fator de admiração, desejo e respeito para homens de todas as raças. E, considerando também que o grande ícone de beleza para crianças e adolescentes de várias gerações foi Xuxa Meneghel, que reinou no imaginário brasileiro e latino-americano como um reforço da estética ariana como o padrão ideal desejado para nosso continente, Taís Araújo, ao ocupar o

posto principal da novela mais importante do horário nobre, vem finalmente contrabalançar e democratizar referências.

Mas, a nossa expectativa de ver atores negros representando pessoas comuns, com as dores e os prazeres de qualquer ser humano é tão grande que no momento em que constatamos a existência de atrizes negras em papéis chaves de três novelas da rede campeã de audiência do Brasil, esquecemos que o conjunto da programação da TV brasileira continua insistindo na ideologia do branqueamento. Os atores negros ainda não estão livres de serem escalados para representar e reforçar os estereótipos da subalternidade, do atraso e das misérias sociais do País.

A escalção de Taís Araújo, para representar a clássica personagem de Helena, foi justificada pelo autor, e pela emissora, como decorrente do talento da atriz, e não de suas carac-

terísticas raciais. Entretanto, concordando de antemão com o talento, beleza e carisma da atriz para ocupar tal posto, esse aparente discurso anti-racista entra em contradição com a construção dos personagens e dos dramas da família de Helena. A mãe da personagem, Edite (Lica Oliveira), apesar de ser uma mulher fina, elegante e bem educada, tem uma pousada quatro estrelas em Búzios que é um presente da filha. Em uma evidente diferença das outras personagens brancas de meia idade de classe média da telenovela, Edite não conquistou o seu lugar na sociedade em decorrência do seu trabalho, talento e posição social. Sandrinha (Aparecida Petrowky), a irmã problema da personagem é obcecada pelo jovem favelado e criminoso Benê (Marcelo Mello). A família de Helena é o único núcleo envolvido com a violência da juventude negra dos morros, nesse caso representada pelo

personagem Bené, que reforça o imaginário de ameaça social que a classe média tem da nova geração que vive nas favelas. E é exatamente através de uma família negra, mas que podia ser de qualquer cor conforme os porta-vozes da emissora, que constatamos as conexões da novela com os estereótipos dos morros perigosos e da violência dos pobres do Rio de Janeiro.

O personagem de Onofre (Cláudio Jaborandy), caseiro do galã Marcos (José Mayer), um mulato, portanto, pretensamente ideal para caracterizar os argumentos de que não somos racistas porque somos o País da miscigenação, é o que mais reitera estereótipos antigos e batidos.

O mulato trágico já foi analisado em meu livro *A Negação do Brasil*, como exatamente aquele que foi mais retratado como um ser ressentido e infeliz, em decorrência das angústias por sua situação em querer ser a passagem da “raça inferior” para a “superior”. Onofre é o personagem “bundão”, um serviçal sem caráter, interesseiro, duas caras, recuperando mitos antigos, e quase esquecidos, sobre como misturar raças produz sub-espécies.

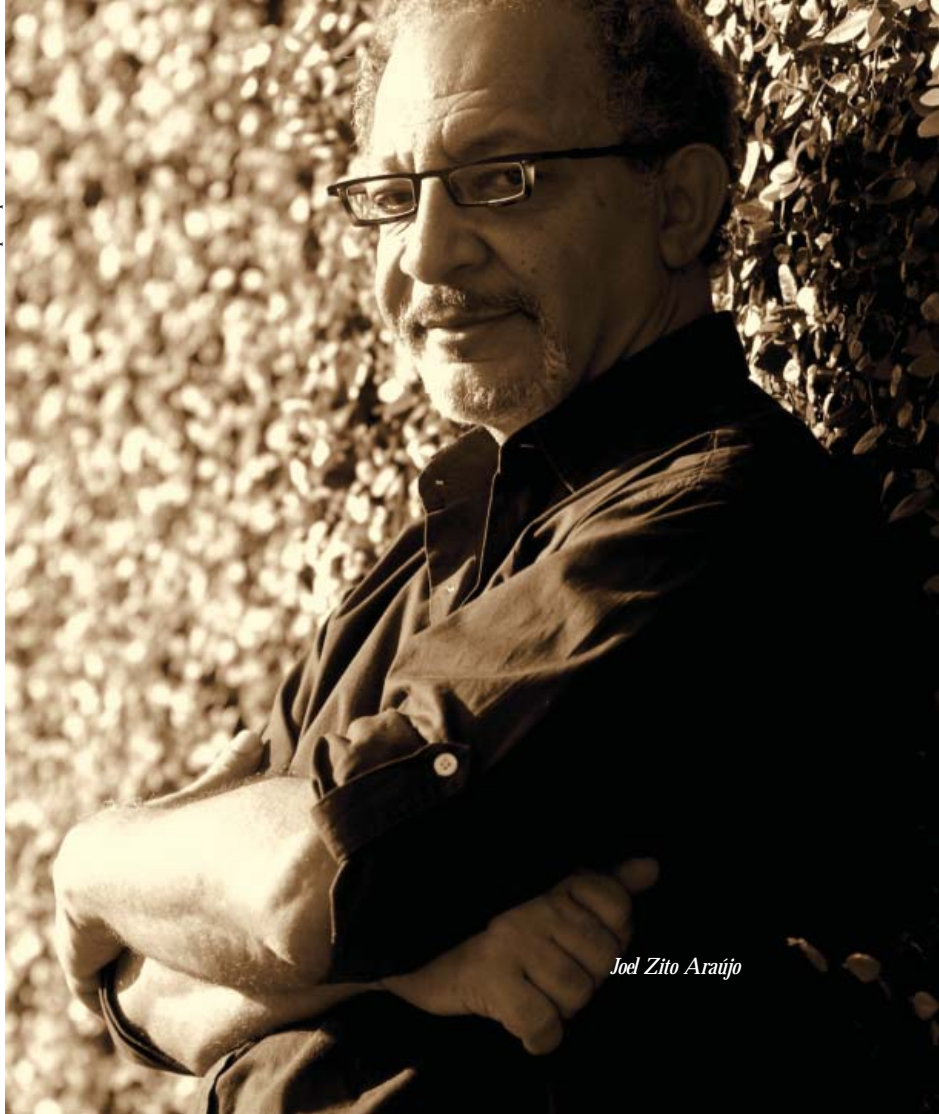
Esse exame rápido da novela do momento põe por terra o discurso da neutralidade dos realizadores de telenovela diante das características raciais dos atores na escalação de elencos. Não é demasiado insistir que o número de atores afro-descendentes escalados para cada novela no conjunto das emissoras continua rigorosamente dentro de uma espécie de cota negativa para negros, que nunca foi ultrapassada. Nenhuma novela teve mais de dez por cento de

personagens negros no conjunto do seu elenco. Uma “cota” que mesmo sendo mínima nem sempre foi assegurada. Se formos além, e examinarmos a programação diária constituída por apresentadores de telejornais, de programas de auditório e de esporte, de programas infantis, e por atores e modelos em comerciais, a pouca presença de negros é gritante.

Como podemos perceber, negar o problema tira os méritos da emissora líder de audiência, que poderia também assumir a liderança na desconstrução de séculos de estereótipos negativos contra a população negra, no Brasil e no restante do

mundo. E faz da escalação de três excelentes atrizes negras apenas um acaso racial. Quando deveria ser comemorado, do lado de cá e de lá da telinha, com muitas taças de champagne, como o marco de um novo tempo para um segmento populacional sempre excluído do melhor da festa. ■

** Joel Zito Araújo criador e diretor dos filmes Cinderelas, Lobos e um Príncipe Encantado, (03 prêmios de melhor filme e diretor), A Negação do Brasil vencedor do Festival É Tudo Verdade (2001) e Filhas do Vento (ganhador de 8 kikitos no Festival de Gramado de 2005). Autor do livro A Negação do Brasil – o negro na telenovela brasileira e de vários artigos sobre mídia e identidade negra.*



Joel Zito Araújo

Barack Obama

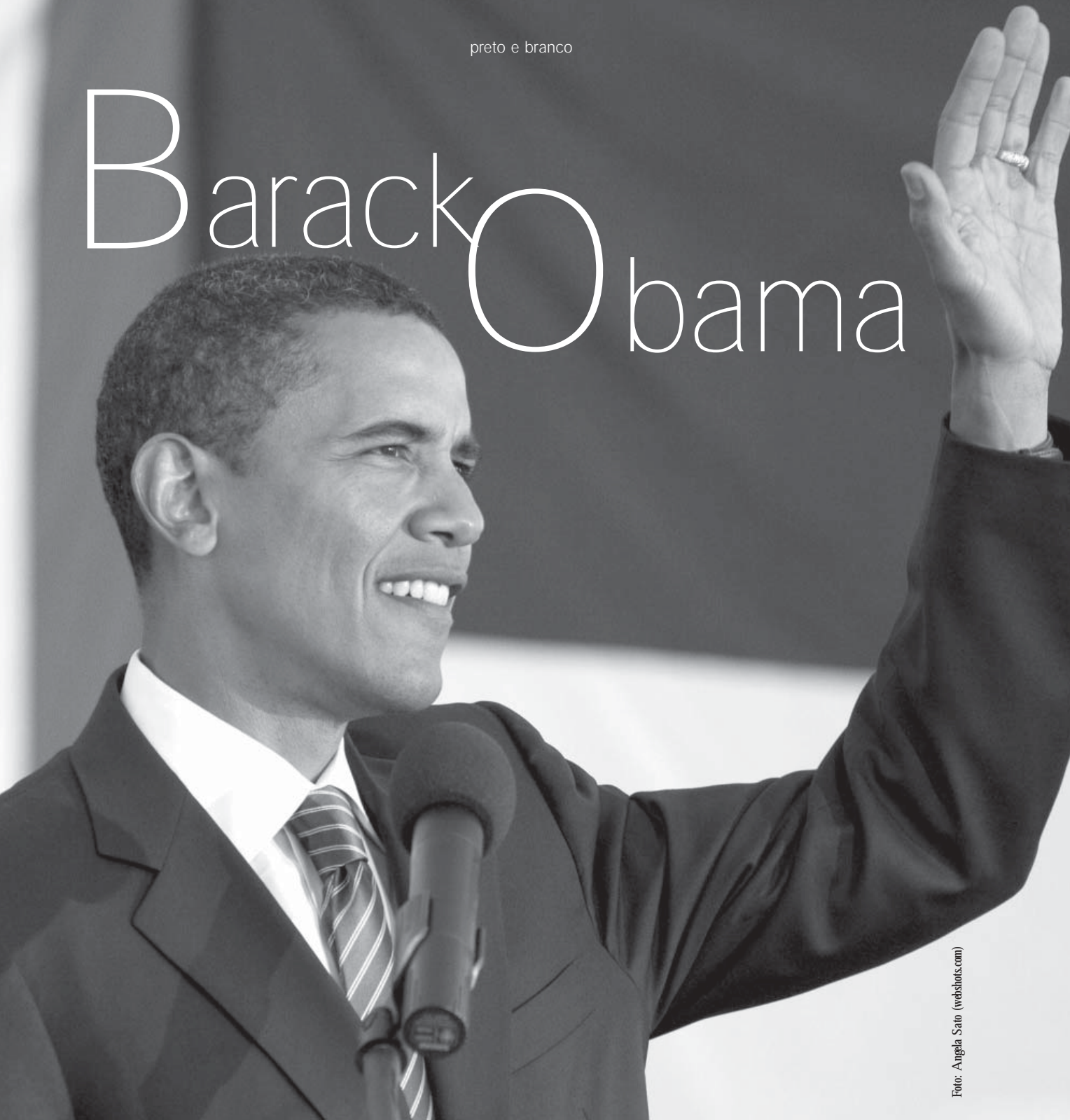


Foto: Angla Sato (webshots.com)

O primeiro presidente negro dos Estados Unidos ganha o Prêmio Nobel da Paz 2009. Barack Hussein Obama, aos 48 anos, ultrapassa todas as barreiras. Depois de um processo eleitoral histórico que chamou a atenção do mundo inteiro, Obama tem seus esforços recompensados. Em poucos meses de trabalho, seu foco foi a busca pela paz mundial, pelo desarmamento nuclear e iniciou o processo de paz no Oriente Médio.



toi.brasil.com

Venha estudar na Zumbi!

Mude sua vida tão rapidamente como eles.

Processo Seletivo 2010

Cursos Superiores

- **Administração**
(três estrelas no Guia do Estudante 2009)
- **Direito**
(recomendado pela OAB)
- **Pedagogia**
- **Publicidade e Propaganda** Novo
- **Tecnologia em Transportes Terrestre**

Prova dia 06/12

Guia do Estudante
e MELHORES UNIVERSIDADES
★ ★ ★ 2009

Inscrições Abertas

11. 3229.4590 11. 3229.4615

www.zumbidospalmares.edu.br
vestibular@zumbidospalmares.edu.br



ZUMBI DOS PALMARES

FACULDADE ZUMBI DOS PALMARES

SÃO PAULO - BRASIL

*Você encontra os postos Petrobras em cada canto do Brasil
e a simpatia do Brasil em cada canto dos postos Petrobras.*

master.com.br

BR



De olho no
Combustível



G Comum

G Supra

G Podium

G Comum
G Supra
G Podium

Cartão
Petrobras
O cartão
que todo
mundo
escolhe

BR Mania

Nos postos Petrobras, todo mundo se encontra. Seu carro encontra tecnologia. Você encontra os melhores serviços. Seu dia a dia encontra a conveniência. E a gente tem o prazer de encontrar você. **Postos Petrobras. O Brasil se encontra aqui.**



PETROBRAS

O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA

www.br.com.br • SAC 0800 78 9001